



**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SERRA TALHADA – SESST
FACULDADE DE INTEGRAÇÃO DO SERTÃO – FIS
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO– NUPEX
MANUAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC**

COLEGIADO DO NUPEX

**MANUAL DA MONOGRAFIA:
ORIENTAÇÃO PARA ORIENTADORES E ORIENTANDOS**

Serra Talhada

2014

COLEGIADO DO NUPEX

MANUAL DA MONOGRAFIA: ORIENTAÇÃO PARA ORIENTADORES E ORIENTANDOS

O Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX), apresenta aos Coordenadores (as) dos Cursos de Bacharelado, da Faculdade de Integração do Sertão (FIS), aos docentes e discentes, depois de aprovado pelo Diretor Presidente/Acadêmico, a normatização da Monografia, através deste *Manual* e do *Regulamento*, para que seja divulgado e aplicado como exigência de padronização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade Monografia.

Serra Talhada

2014

“Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará assim uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. [...] Estas reflexões essenciais, comunicadas à jovem geração graças aos contatos vivos com os professores, de forma alguma se encontram escritas nos manuais. [...] Quando aconselho com ardor “As Humanidades”, quero recomendar esta cultura viva, e não um saber fossilizado, sobretudo em história e filosofia. [...] É preciso, enfim, tendo em vista a realização de uma educação perfeita, desenvolver o espírito crítico na inteligência do jovem”

Albert Einstein

“Mas o argumento em favor de aproximar mais a economia da ética não depende da facilidade em consegui-lo. Fundamenta-se, antes, nas recompensas advindas do exercício”

Amartya Sen

“A Ciência dá um passo, depois outro, depois para e reflete antes de dar o terceiro. A mãe pega o filho, coloca-o no chão e diz: “Ande” A criança dá um passo... outro, e para, sem equilíbrio. A mãe teria razão de dizer: “Está hesitando. Você jamais andará”? Vocês jovens, médicos e cientistas do futuro, não se deixem esmorecer pela barreira do ceticismo, nem desanimar pela tristeza de certos momentos que caem sobre uma nação. Não se enraiveçam com seus oponentes, porque nenhuma teoria científica foi aceita sem oposição. Habitem a paz serena das bibliotecas e laboratórios. Digam para si mesmos, primeiro: “O que fiz por minha instrução?” E à medida que avançarem: “O que estou realizando?” Até chegar o momento em que possam sentir a imensa felicidade de pensar que contribuíram, de alguma forma, para o progresso e bem-estar da Humanidade”

Louis Pasteur

“É claro, não considero automaticamente um homem de ciência aquele que sabe manejar instrumentos e métodos julgados científicos. Penso somente naqueles cujo espírito se revela verdadeiramente científico”

Albert Einstein

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 O QUE É ISSO – MONOGRAFIA?	8
1.1 Sentido acadêmico-científico da Defesa Pública da Monografia.....	8
1.2 A orientação e a relação orientador-orientando	12
1.3 O depósito da Monografia e o papel da banca examinadora na Qualificação	14
1.4 O ritual da defesa da Monografia e procedimento da banca examinadora	15
2 A ESTRUTURA DO PROJETO DE MONOGRAFIA.....	20
2.1 Justificativa.....	21
2.2 Delimitação do Tema-problema	21
2.3 Objetivos	22
2.3.1 Objetivo Geral	22
2.3.2 Objetivos Específicos	22
2.4 Metodologia	23
2.5 Fundamentação Teórica.....	23
2.6 Plano de Trabalho.....	25
2.7 Cronograma	26
2.8 Referências	27
3 A ESTRUTURA DA MONOGRAFIA	28
3.1 Elementos pré-textuais	28
3.2 Introdução	28
3.3 Capítulo 1.....	29
3.4 Capítulo 2.....	30
3.5 Capítulo 3.....	30
3.6 Conclusão.....	30
3.7 Elementos pós-textuais	31
4 APRESENTAÇÃO GRÁFICA E ABNT.....	32
5 EXEMPLOS DE CITAÇÕES E REFERÊNCIAS	34

5.1 De livro completo: um, dois e mais de dois autores	37
5.2 Capítulo de livro, monografia, dissertação e tese	37
5.3 A utilização do apud, citação de citação	38
5.4 Artigos.....	38
5.5 Trabalho completo publicado em Anais	39
5.6 Fontes da Internet	39
5.7 Documentos Jurídicos.....	40
5.7.1 Legislação.....	41
5.7.2 Jurisprudência (decisões judiciais).....	42
5.7.3 Doutrina.....	43
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS	47
ANEXO A – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade Monografia	48
ANEXO B – Ata de Defesa Pública da Monografia	56
ANEXO C – Capa [do Projeto e da Monografia]	60
ANEXO D – Folha de rosto [do Projeto]	62
ANEXO E – Justificativa	64
ANEXO F – Folha de rosto [da Monografia].....	68
ANEXO G – Folha de Aprovação	70
ANEXO H – Resumo	72
ANEXO I – Sumário	74
ANEXO J – Referências.....	76

INTRODUÇÃO

Nessa primeira edição do *Manual da Monografia: orientação para orientadores e orientandos*, a Faculdade de Integração do Sertão (FIS), através do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX), regido de forma Colegiada, oferece, pela primeira vez, à comunidade acadêmica, uma padronização do Projeto da Monografia e da Monografia para os cursos de bacharelado.

A FIS à medida que foi crescendo tanto em estrutura física, quanto em cursos e, por conseguinte, num aumento significativo de discentes e docentes, sentiu a necessidade de *determinar* o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade *Monografia* e, além disso, estabelecer uma *padronização* para todos os cursos criando o *Manual da Monografia: orientação para orientadores e orientandos*.

Com isso o NUPEX vai ao encontro das necessidades acadêmicas dos coordenadores (as) de cursos, dos docentes e discentes, apresentando à toda comunidade acadêmica, após aprovação pelo Diretor Presidente/Acadêmico, Sr. Luis Pereira de Melo Junior, o *Manual da Monografia: orientação para orientadores e orientandos*. Essa iniciativa surge depois da criação do *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Modalidade Monografia*¹, por parte do NUPEX. O *Regulamento* e o *Manual* integram-se, complementando-se. O *Regulamento* tem um teor, por assim dizer, jurídico-administrativo *normatizando* os procedimentos que envolvem a orientação, orientador, orientando, e a monografia. O *Manual* dando corpo e cumprimento ao *Regulamento* tanto *padroniza* a estrutura do Projeto de Monografia e a própria Monografia, quanto faz um *norteamento* ao propor uma orientação didática-acadêmica aos orientadores e orientandos. Por essa razão o subtítulo: *orientação aos orientadores e orientandos*.

Manual em sua proveniência latina soa e ressoa a algo que refere-se a mão, dado na mão. É quase um triturar, mastigar, cortar em miúdo e dar na mão para ser degustado. Um manual, todo e qualquer manual, é algo que se propõe esclarecer e informar de forma tão compendiada que é um dar na mão, oferecer de mão beijada algo que custou muito para aquele que oferta. Aquele que confecciona o *manual*, tecendo com mãos calejadas a feitura de algo é capaz de oferecer a outrem, de mãos lisas, livrando-o de erros comuns do principiante incipiente, colocando-o no caminho seguro e eficaz do fazer algo, porque já fez e faz cotidianamente esse caminho da pesquisa.

¹ Cf. ANEXO A.

Nosso *Manual da Monografia* tem a pretensão deste dar na mão, de mão beijada, as orientações básicas e necessárias para confeccionar a monografia colocando-se numa postura e num modo de se encaminhar na pesquisa de forma segura. É a parte mais *manualesca* do *Manual*, isto é, mais prática, exemplificando da maneira mais direta as informações necessárias para o desenrolar da Monografia.

Mas o nosso *Manual* também tem a preocupação e a precaução acadêmica de fornecer uma fundamentação teórico-científica para esta parte *manualesca*, isto é, teórico-prática. Não queremos ser “legalistas”, “burocratas”, “burgueses acadêmicos” que no afã de normatizar tudo, com a falsa ideia, nunca aprofundada, do que é e o que implica uma pesquisa acadêmica, acaba por engessar e tornar estéril a pesquisa nos pesquisadores tirando-lhes a dinâmica do que move e pro-move a pesquisa. Edgar Morin já chamou a atenção para o perigo da “ditadura do método”, sempre lembrado, aqui no Brasil, por Pedro Demo, grande especialista, de *pedigree, expert* em metodologia. Sem método não há ciência. Mas o método é simplesmente instrumental. Por que? Porque o mais importante, como indica sua proveniência grega (*metá + hódos*), é conduzir-nos, passo a passo, pelo caminho (*hódos*), melhor, *junto do, de acordo com* certo caminho até chegar a um determinado fim, destino, resultado (*metá*). O método ou a metodologia só tem importância na medida em que ajuda-nos a compreender a realidade, ou algum aspecto da realidade. Se, de forma pseudocientífica, eu supervalorizo o método ou a metodologia, em detrimento do objeto, da realidade, eu falsifico a pesquisa. Os resultados serão superficiais e não terão o condão de uma pesquisa científica séria. Será apenas uma aparência que parece pesquisa, mas não é! Daí a expressão “ditadura do método”, quer dizer, a atitude errada do pseudocientista pelo afã de “fazer ciência” tentando *forçar o método* na aplicação ou explicação do objeto, da realidade. O *ditador do método* é aquele (a) que nunca tendo realizado um aprofundamento sério na história da ciência, captando o modo de ser e a estrutura das teorias científicas, das diversas áreas da ciência, passa a não mais querer compreender o objeto, a realidade, porque “compreende” o objeto, a realidade *a partir*, ou sob as lentes *do* método, *da* metodologia e *não a partir* do próprio fenômeno estudado. Só entende do próprio objeto na medida em que se encaixa no método e, assim, seu *phatos* não é o do espírito verdadeiramente científico, como exige e respeita Einstein, procurando compreender o objeto. Nesse caso, equivocadamente, presta mais atenção ao método ou metodologia do que ao objeto, ou a realidade que o método deveria explicitar, des-velar.

Nesse sentido, tivemos o cuidado de apresentar as razões, ou sentido científico de um trabalho monográfico no *capítulo 1*, para não nos limitarmos a apresentar artigos normativos.

Discorreremos sobre todo o processo de uma orientação, de forma resumida, como decorrência lógica das exigências do que seja um trabalho monográfico, afinados à admoestação de Edgar Morin e de Albert Einstein, em *Como vejo o mundo*, inserida como epígrafe deste *Manual*: “É claro, não considero automaticamente um homem de ciência aquele que sabe manejar instrumentos e métodos **juulgados** científicos. **Penso somente naqueles** cujo espírito se revela **verdadeiramente** científico”. Portanto, tentando ser *democráticos no método*, utilizando-o como deve ser utilizado, afastando-nos da ditadura e tirania, tentamos fazer uma reflexão no primeiro capítulo para despertar ou conservar o “espírito” dos pesquisadores, tanto docente quanto discentes, como e enquanto “verdadeiramente científicos”. É neles e nisto que pensamos e não, como critica Einstein, em operadores e manejadores de “instrumentos e métodos julgados (será que é mesmo!?) científicos”.

O *capítulo 2* e *3*, respectivamente, trataremos da estrutura do Projeto da Monografia e da Monografia. Aqui, sem sermos “ditadores do método”, toda e qualquer pesquisa pode ser realizada, inclusive em física, como atesta Einstein...

O *capítulo 4* discorreremos sobre a apresentação gráfica e a ABNT. Os Projetos da Monografia e a Monografia seguirão a ABNT *com algumas exceções*, peculiaridades diversas do que exige a ABNT.

O *capítulo 5* trouxemos as principais formas de citações no modo de serem escritas no corpo do texto e de como aparecerão nas referências mediante exemplos para uma maior praticidade na visualização da forma correta de fazer.

Nos *Anexos* aparece de forma visual e concreta a padronização do Projeto da Monografia e da Monografia, em seus diversos elementos. Também anexamos o *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade Monografia* e a *Ata da defesa pública da monografia*.

O Colegiado do NUPEX, obedecendo as diretrizes traçadas pelo Sr Luis Pereira de Melo Junior, Diretor Presidente/Acadêmico, e, impulsionado pela necessidade expressa pelos Coordenadores (as) dos Cursos, elaborou este *Manual da Monografia: orientação para orientadores e orientandos*, na terna certeza de ser bem acolhido pela comunidade acadêmica da FIS, e na confiante esperança de que reverbere e repercuta em frutos de pesquisa para benefício dos pesquisadores e da sociedade.

João Pessoa, Carnaval de 2014

Marcos Érico de Araújo Silva

Membro do Colegiado do NUPEX-FIS

1 O QUE É ISSO – MONOGRAFIA?

Por que depois de concluir todas as disciplinas, ou praticamente todas, o aluno ainda deve se submeter a fazer uma monografia? Por que tendo realizado a monografia um professor, seu orientador (a), simplesmente não atribui a nota depois de acompanhar passo a passo a orientação e avaliar o resultado final do trabalho? Por que além de ter realizado a monografia, tendo sido acompanhado-orientado por um (a) professor (a) o (a) aluno (a) ainda deve se submeter a arguição de uma banca examinadora aberta ao público? Por que a *essência* da *defesa* da monografia perante uma banca examinadora é a *arguição* se o aluno (a) praticamente cursou todas as disciplinas do curso e entregou a monografia? Afinal de contas, enfim e por fim: o que é isso – monografia?!

1.1 Sentido acadêmico-científico da Defesa Pública da Monografia

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade de monografia é uma exigência parcial para a obtenção do grau de bacharelado. A monografia, pois, é o coroamento da formação do discente na qual e mediante a qual o candidato (a) pleiteia, através de defesa pública, julgado por uma banca de examinadores, o *grau acadêmico de bacharelado*. A Faculdade de Integração do Sertão (FIS), através de seu Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX), em consonância com as diretrizes da Diretoria da FIS e com o *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Modalidade Monografia*, determina a *exigência* do TCC na modalidade de *monografia* para todos os cursos de bacharelado da FIS.

Esta determinação apenas consolida e oficializa a prática pedagógica da FIS priorizando de forma *indissociável* o ensino, a pesquisa e a extensão. Com efeito, tal determinação implica em seguir e perseguir um perfil didático-pedagógico-acadêmico suscitando nos discentes, desde o primeiro período, uma atitude de estudante-pesquisador. O discente deve paulatina e gradativamente ser incentivado a pensar e a refletir criticamente o conteúdo ministrado pelos docentes. Os docentes, por sua vez, devem favorecer essa dinâmica, esse movimento de *absorção crítica* dos tópicos, dos conteúdos da ementa de sua disciplina nos discentes. A consequência, quase natural e espontânea, é a necessidade do discente traduzir ou expressar oralmente ou pela escrita esse movimento interno de sua compreensão. A questão da escrita, da retratação no papel dos autores lidos, da inteligência dos

conteúdos ministrados em sala, será uma crescente intensificação de superação das dificuldades. A própria formação deverá gradualmente levar o discente à aquisição da habilidade do domínio da oralidade, da leitura e da escrita como ferramentas fundamentais para acessar e explicar as questões e soluções próprias de sua ciência como um bacharelado ou bacharel e não como um técnico ou mera opinião pessoal sobre algo. De fato, dificilmente um discente que nunca foi incentivado, nem recebeu exigências de cumprir com tarefas e avaliações escritas de forma dissertativa, conseguirá elaborar com tranquilidade uma monografia. Quem nunca escreveu uma ou duas laudas de texto dissertativo, nas disciplinas, como escreverá cinquenta ou sessenta páginas em apenas um semestre? Por isso, o nível das aulas deveria se dá na medida que leve o aluno (a) a uma compreensão dos *conteúdos*, mas ensinando-os também a *forma* acadêmica de comunicá-los.

Em sua etimologia a palavra “Mono-grafia” assegura um direcionamento do sentido do que deve ser entendido como mono-grafia e, desta forma, estabelece os vestígios do que precisa ser in-vestigado no processo de confecção e de avaliação da mesma. *Mono* significa um, único, e *grafia* escrita. Portanto mono-grafia significa a escrita de *um*, escrito por uma *única mão*, por um único indivíduo, quando este consegue dar um tratamento teórico, numa *única escrita*, a um problema.

O prefixo *mono* aponta para os aspectos *formais* do trabalho, da pesquisa. A *mono-grafia* é a pesquisa escrita por um único indivíduo quando este consegue o movimento de uma única escrita na abordagem de uma questão. Como isto é possível? Mono-grafia, não é um artigo, não é um *paper*, não é um relatório, não é uma peça, não é uma petição, não é um diagnóstico ou resultado de um exame clínico... *Mono-grafia* é um texto escrito explicitando um único tema a partir de vários movimentos argumentativos (capítulos!) que em seu conjunto con-formam um único tratamento temático. Os capítulos não devem ser justapostos, colados, costurados como colcha de retalhos, sem manter uma lógica interna que os justifiquem. A *Mono-grafia*, pois, estabelece uma lógica interna no trabalho, amarrando e costurando os capítulos numa interdependência mútua. Com efeito, o primeiro capítulo deve tratar dos *pressupostos científicos da monografia*, da pesquisa, e, os capítulos posteriores, desenvolverão, desdobrarão as *consequências ou implicações* de tais pressupostos científicos até a consumação do capítulo conclusivo. Portanto, a *mono-grafia* tem uma estrutura silogística em que o capítulo primeiro é desenvolvido para assegurar a possibilidade do capítulo conclusivo e os capítulos posteriores, ao primeiro, desdobram-se até sua conclusão capitular obedecendo as leis da lógica: a conclusão do capítulo um conduz ao início do capítulo dois e assim por diante até o último capítulo. Portanto a *mono-grafia* é constituída de

capítulos e este em seções, mas tudo gravita em torno de um tratamento gradual do tema-problema.

O sufixo –grafia aponta, grita, clama e re-clama para os aspectos materiais da mono-grafia. Uma vez assegurado a lógica interna do trabalho garantindo uma unidade, coerência e consistência à pesquisa, cabe-nos averiguar a sustentação *material*, conteudística do trabalho. Aqui deve ser observado a vinculação da *mono-grafia* ao curso, isto é, àquela ciência que o candidato (a) pleiteia o grau de bacharelado. O tratamento da questão, do tema-problema, daquilo que enche, por assim dizer, os olhos do candidato (a) de lágrimas, motivando-o a escrever deve ser realizado de *forma* e com *conteúdo* acadêmico. Isso significa que a abordagem e confecção da monografia deve obedecer a linguagem culta, dominando os termos técnicos e as principais bibliografias de autores renomados da área. Mas o candidato (a) não deve escrever de forma obscura num rebuscamento de linguagem muito tecnicista. Ele (a) tem que fazer o esforço intelectual de esclarecer o problema enquanto e como problema e, talvez, possibilitar encaminhamentos de possíveis soluções e não obscurecer mais a questão através de um mau uso da linguagem. O domínio e utilização dos termos técnicos de determinada área não devem justificar a não necessidade de explicitar tais conceitos por julgá-los evidente e óbvio para quem é da área. A monografia deve ser um trabalho compreensível para qualquer intelectual de qualquer área, pois ficará depositado na biblioteca à disposição de leitores.

A metodologia deverá ser a mais apropriada para a abordagem de seu tema-problema. A banca examinadora verificará se a metodologia adotada mostra-se coerente nas diversas etapas da pesquisa possibilitando chegar a algum resultado, a saber: o capítulo final e/ou a conclusão. Os dados coletados (os vestígios!) seja de natureza teórica ou empírico/prática não são de *per si* a pesquisa, quando muito são a matéria-prima sem a qual não seria possível a investigação. Mais precisamente por isso é imprescindível a *interpretação* desses dados coletados. Aqui para que seja possível a interpretação, e não mera opinião ou achismo, o candidato (a) deve se apoiar numa bibliografia de autores renomados do país e/ou do exterior, a partir de fontes, banco de dados confiáveis e, sobretudo, de um ou dois Referenciais Teóricos. O Referencial Teórico são conceitos de determinado autor (a) forjado, criado por ele (a) ganhando no mundo acadêmico e na cultura uma tremenda importância para explicar um determinado fenômeno. **O (A) candidato (a), afinado (a) e em consonância com os autores trabalhados e a metodologia utilizada, deve servir-se de um conceito ou teoria deste ou daquele Referencial Teórico, sobretudo no capítulo primeiro.** O candidato (a) fará isso aplicando ao seu tema-problema – mesmo que o Referencial

Teórico, o autor ou autora, não tenha diretamente feito essa aplicação – com a finalidade de lançar alguma luz que permita visualizar alguma contribuição talvez inovadora à questão. Destarte, o primeiro capítulo da *mono-grafia* desenvolverá os pressupostos científicos do trabalho *validando-a cientificamente* a partir de um Referencial Teórico consagrado.

É importante deixar claro que a monografia, mesmo seguindo essas exigências *formais* e *materiais*, não visa obrigatoriamente apresentar uma solução ao problema. A banca examinadora, por conhecimento de ofício e pela experiência de já ter passado por várias bancas ao longo de sua carreira acadêmica, sabe, deve saber, e esse saber deverá com responsabilidade e autoridade ponderar os erros ou insuficiências para um trabalho que se pretende monográfico. É melhor, e, por vezes, salutar verificar certos erros, nesse nível acadêmico, bastante natural para o estudante concluindo sua graduação, quando esses erros aparecem e se evidenciam pela clara tentativa do estudante desenvolver honesta e seriamente sua monografia a partir dos critérios científicos exigidos. Isso é muito bom, surpreendente, extremamente válido academicamente. Mérito do candidato (a)! O pior e mesmo lamentável é o estudante não atingir o mínimo dos critérios científicos que justificariam e tornariam seu trabalho uma monografia apresentando, ao contrário, algo aparentado mais com um artigo, um *paper*, um relatório, uma peça processual etc. Isso deve ser evitado e filtrado ao máximo possível pelo orientador (a).

Havendo a necessidade da *Defesa Pública da Monografia*, a Faculdade de Integração do Sertão (FIS), externaliza, com isso, sua confiança e segurança na formação dada aos seus alunos-estudantes, e, também, possibilita ousadamente o estudante comprovar essa segurança ao submetê-lo a uma banca examinadora. De fato, o candidato logo após a defesa de sua monografia sairá com a alegria e segurança por ter tido três professores, mestres ou doutores, lido, anotado, riscado, rabiscado, arguido e, por fim, aprovado seu trabalho.

Para facilitar a confecção ou produção da monografia todos os cursos de graduação da FIS inseriram, em sua grade curricular, duas disciplinas voltadas diretamente para a monografia. *TCC 1*, ou *Monografia Jurídica* para o curso de Direito, em que a ementa da disciplina volta-se e exige a construção do *Projeto de Monografia*. No semestre seguinte, o aluno *executará* o Projeto de Monografia na disciplina *TCC 2*, e *TCC* no curso de Direito, construindo os capítulos de sua monografia. De modo que ao término desse segundo semestre, em *TCC 2* ou em *TCC* em Direito, o estudante possa defender sua monografia diante de uma banca de examinadores aberta ao público.

1.2 A orientação e a relação orientador-orientando

O processo de orientação é necessário para o êxito do itinerário da pesquisa porque o candidato ainda não tem a experiência na pesquisa científica. Na maioria das vezes, o que é bastante comum, o candidato nunca escreveu uma quantidade razoável de mais de dez páginas dialogando com autores. Por outro lado, mesmo se já houvesse alguma experiência na vida acadêmica, como é o caso de uma segunda graduação, ou mesmo no mestrado e doutorado, é sempre necessário um interlocutor mais experiente. Esse interlocutor (a), o orientador (a), para o nível do bacharelado, torna-se mais que necessário para que fale e as vezes “grite” despertando, animando o candidato a trabalhar, a reformular o texto corrigido. **Nessa fase da confecção da Monografia é imperioso que se escreva.** Não basta mais ficar apenas lendo, lendo, especulando, refletindo. O orientador tem que dar a *direção*, a luz, para que o candidato não perca o fio da meada, não desanime com as dificuldades que porventura apareçam, mas que mediante as tarefas indicadas pelo orientador seja possível driblar o adversário e ter uma boa finalização textual. Mas essa tarefa, a saber, da leitura e escrita é pessoal e intransponível, não devendo, nem podendo, por exigência ética, o orientador (a) ousar fazer pelo aluno (a).

Tudo isso, porém, pressupõe o esforço afetivo-intelectual do candidato em se dedicar empenhando-se no desempenho sempre crescente e intensivo do que precisa ser lido, compreendido, discutido e reconstruído. Sem isso o processo de orientação torna-se impossível de progredir, de se efetivar. Fracassa-se antes mesmo de iniciar o desenvolvimento. Embora tenha iniciado a gestação, após a concepção do Projeto de Monografia e o contato inicial com o orientador (a), a falta de zelo, de preguiça no exercício intelectual e carência de uma dieta saudável, isto é, a não privação de um excesso de divertimento, entretenimento, para dar lugar ao estudo provoca um aborto dos possíveis resultados da orientação. É uma morte e vida severina!

Orientação, *orienta* faz referência ao nascer e despontar do sol. Oriente é o *locus* em que nasce o sol, surge a luz e emana o calor. Luz e calor são metáforas do conhecimento e da vida. Sem luz, mesmo que meu olho seja perfeito fisiologicamente, não serei capaz de ver as coisas. E, por outro lado, na medida em que há vida em mim, *anima*, ânimo, movimento, dinâmica, há entusiasmo (*en-theos-mos*), interesse, excitação, fogo, calor, envolvimento. Só conhecemos o que vemos! Se não *vejo* H₂O por detrás de toda aparência, ou melhor, sustentando todos os atributos ou propriedades da água como transparência, incolor, fria ou quente etc, não *conheço* água, mas limito-me a descrevê-la. Se eu não me envolvo na pesquisa

e, por isso, não deixo-me ser envolvido pela orientação é porque estou anêmico, não porto uma vida acadêmica, não me comporto como orientando, estou sem vida e sem entusiasmo. Estou “por fora”, des-orientado, alienado, estático, estagnado, sem dinâmica e carente de movimento porque é como se eu não me interessasse por isto. Isso não me afeta, nem tenho interesse de deixar-me ser afetado por isso. A consequência é a não produção, o distanciamento do orientador (a).

Em tais situações o candidato tem que ter o brio, a coragem, a galhardia de conversar com o orientador e expor o problema. Tal atitude já expressa uma abertura para acolher a luz, isto é, a possibilidade de *querer* encontrar uma saída para essa situação. O orientador, certamente, pelo dever de ofício sabe lidar e enfrentar essa situação que quase sempre acontece. O contrário disso é quando o candidato não assume sua responsabilidade nesse processo de orientação e tenta procurar culpados para justificar para si mesmo e para os outros o injustificável. Como orientar quem não se deixa ser orientado? Como nortear, dar a direção, apontar o caminho para quem não tem entusiasmo de seguir o que foi indicado e de caminhar, do jeito todo próprio e pessoal, pelo caminho que foi traçado que conduziria ao êxito do trabalho? Como falar para quem não quer ouvir, ou nem se quer se faz presente para ouvir, acolher ou discutir criticamente *o que* está sendo dito, *como* está sendo dito, *por que* e *para que* está sendo dito?

Para que esses perigos sejam amenizados é preciso que o orientador (a) cumpra bem seu dever, assuma com responsabilidade e segurança sua tarefa enquanto orientador (a)²². É importante o candidato ver segurança em seu orientador (a). A segurança e convicção, oriunda da vida de estudo e pesquisa do orientador (a), de algum modo reflete e atinge contaminando positivamente o orientando (a). O orientador (a) para garantir o êxito dessa relação orientador-orientando (a) deve dar ao candidato uma fácil acessibilidade exigindo um contato contínuo e direcionado em encontros presenciais e por outros meios como email.

A orient-ação, isto é, a ação de ser o *locus*, o local ou o âmbito onde a luz aparece iluminando, clarificando a escuridão das dúvidas, incertezas e, assim, aquecendo, esquentando lançando entusiasmo e envolvimento na pesquisa não pode deixar de diariamente ocorrer. E o candidato (a), movido e co-movido pelo interesse de concluir de forma excelente seu curso, para poder se destacar no mercado de trabalho, enfrenta a noite, desbrava a escuridão do não-

²² Sobre a regulamentação concreta do procedimento de orientação em sua dimensão formal com a instituição, isto é, o cumprimento de prazos, entrega de relatórios ao NUPEX, o não comparecimento do orientando ou do orientador (a) aos encontros de orientação e sua consequente recusa de continuar a orientar ou receber orientação etc, remetemos os docentes e discentes ao *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Modalidade Monografia*, no ANEXO A.

conhecimento com disposição, mas justamente porque insiste e persiste em estar e em sair da noite varando a madrugada estudando, sabe postar-se na posição adequada para ver o despontar da luz que exorcizará a escuridão. Possuído e afetado por tais disposições as dificuldades sempre são superadas e o processo de orientação pode ser bem mais proveitoso e frutífero. Esse ou essa procura ou vai ao encontro dos encontros com o orientador com o que colheu e acolheu nas noites de estudo. E, assim, será capaz de entender o que o orientador orienta numa profundidade maior, porque saberá re-colher o que está sendo dito como luz que esclarece e resolve os nós cegos em que se enlaçou em sua pesquisa.

Por tudo isso, a escolha do orientador é fundamental para que não haja desarmonia na relação orientador-orientando. O orientando (a) deve escolher aquele possível professor (a) que mantém uma afinidade intelectual com o que deseja pesquisar e com a forma como este professor (a) trabalha³. O orientador ao orientar acompanhará todas as fases da pesquisa e saberá avaliar o desempenho e progresso do candidato ao longo da produção do trabalho. O orientador (a), assim, será de fato aquele que orienta, dando uma direção ao (a) orientando (a) por nutrirem uma afinidade intelectual e, talvez, uma mútua admiração.

1.3 O depósito da Monografia e o papel da banca examinadora na Qualificação

Obedecendo o *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Modalidade Monografia* o candidato (a) deverá depositar sua Monografia para ser submetida a *Qualificação*. O ideal é que o candidato deposite a monografia com todos os capítulos ou faltando apenas um capítulo. A ideia da qualificação é filtrar ao máximo os problemas, dando um período, para os ajustes, reformulações, construção e reconstrução do texto. Além disso, o candidato (a) se beneficia psicologicamente porque estará, na qualificação, perante a sua futura banca de defesa pública, numa sala fechada vedada ao público, com exceção dos docentes da IES que desejarem assistir a qualificação. Então, no dia da defesa pública de sua monografia o candidato (a) já tendo passado por um processo de avaliação por esta **mesma banca**, se sentirá mais seguro e mais a vontade diante da banca e do público.

Quali-fica-ação é uma ação, uma atividade avaliativa que procura fornecer uma *maior qualidade* ao trabalho. A banca examinadora deve obrigatoriamente deixar essa marca, esse estigma. Ela deve ter consciência da importância do momento para o candidato e para a IES.

³ Sobre isso veja o *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Modalidade Monografia*, no ANEXO A, em que delimita o número de seis orientandos para cada professor-orientador.

A banca examinadora sabe que ela se manterá até o dia da defesa pública em que o candidato (a) pleiteia o grau de bacharelado. Então, na qualificação cada examinador (a) *deve* examinar *minuciosamente* a monografia para identificar todos os erros, equívocos, insuficiência bibliográfica, ambiguidade, contradição etc. Os examinadores, os avaliadores, devem para isso evitar as generalidades, a repetição do que já foi observado pelo outro examinador, e os comentários superficiais que não tocam na qualidade essencial e comprometedora do trabalho.

Tanto na *qualificação* quanto na *defesa pública da monografia* a fala dos examinadores (a) tem que abranger os aspectos *técnicos-formais* e de *conteúdo*. Os aspectos técnicos-formais compreendem erros de digitação, não obediência a este modelo de monografia da IES, ABNT etc, e o aspecto de conteúdo, material, abarcam os problemas de insuficiência bibliográfica, inexistência de referencial teórico, frases ou parágrafos confusos, ambíguos, contraditórios, uso inadequado da linguagem (tecnicismo), metodologia inadequada ou não cumprindo com o que se prometeu, falta de lógica interna entre os capítulos, o capítulo final ou a conclusão não resultam como consequência lógica dos capítulos anteriores etc. A diferença da *qualificação* e da *defesa pública* é que apenas na defesa se exige a arguição. Na qualificação é o momento do aluno escutar o que precisa melhorar. Não é o momento de se defender ou justificar determinadas opções metodológicas ou de autores, a não ser que algum examinador (a) solicite isso.

1.4 O ritual da defesa da Monografia e procedimento da banca examinadora

O ritual da defesa da monografia é importante de ser seguido liturgicamente porque confere a formalidade e a seriedade exigido pelo momento e pela conjuntura de ser um trabalho de conclusão de curso. Além disso, tendo a possibilidade de ser aberto para o público é necessário uma responsabilidade maior para uma boa execução do ritual causando a percepção verdadeira da seriedade da IES.

Resumidamente, nos ateremos aos aspectos formais dos procedimentos da *defesa pública da monografia*. Os aspectos materiais, concretos, dependem do estilo e jeito de cada examinador. O presidente da banca, o orientador (a) é o responsável por isso!

A sala tendo sido preparada para isso, isto é, com uma mesa e cadeira para a composição da banca examinadora e uma outra, separada, em destaque, no centro da sala, para o candidato (a), e, tendo sido providenciado café e água, dá-se início a *defesa da monografia*.

O presidente da banca examinadora, ou seja, o orientador (a), sentado entre os dois examinadores (a) saúda e agradece aos avaliadores (a), o candidato (a) e o público. Em seguida anuncia que o candidato (a) fulano (a) de tal defenderá a monografia intitulada XXXXXX: YYYYYY. Caso haja público assistindo a defesa o presidente da banca concederá a palavra ao candidato (a). O candidato (a) ao título de bacharel deve servir-se da palavra utilizando ou não recursos audiovisuais durante dez a quinze minutos. Se não houver público o presidente da banca examinadora, o orientador (a), pode privar o candidato (a) desta apresentação. Ora, ainda que na exposição oral algum tópico, alguma questão fica mais clara para alguma eventual anotação ou arguição preparada por algum dos examinadores (a), isso será exigido, esclarecido ou cobrado esclarecimento no momento da arguição, na qual o candidato (a) falará a vontade direcionado pelo que foi arguido dele. A apresentação do (a) candidato (a), antes da arguição, só faz mais sentido para quem não leu o trabalho. Para o público, pois, é interessante escutar o candidato (a) até para entender a arguição da banca examinadora, mas para a banca examinadora é dispensável e secundário.

Lembramos que a fala do candidato (a) é defendendo um trabalho monográfico, não mais um Projeto de Monografia. Portanto, não tem muito sentido e é extremamente cansativo para os membros da banca escutar o candidato falando de qual foi o seu tema, o objetivo geral, os objetivos específicos etc. Ora, se fosse a defesa de um Projeto tudo isso é apropriado mas na monografia isso já foi absorvido na pesquisa. Antes de construir um edifício de vários andares (capítulos!) é imprescindível, necessário fazer a Planta (o projeto!) do Edifício: o CREA, prefeitura etc exigem! Mas depois de pronto, o corretor não mostra mais a planta, o projeto (isso já foi visto, mostrado!), o que se quer *ver é o próprio edifício*. Desejamos ver como ficou de fato andando nele e por ele, visitando seus cômodos e dependências! Por exemplo: o objetivo geral é a tese do trabalho e os objetivos específicos são as etapas hierarquicamente estabelecidas para que torne possível o êxito, a execução do objetivo geral. Então, se estamos numa defesa de monografia esses objetivos específicos já foram realizados, construídos ganhando cada um capítulo próprio na monografia. O candidato (a) deve, pois, ser bem objetivo. Deve informar qual o problema e a motivação que o fez realizar a pesquisa, quais procedimentos metodológicos, autores e referencial teórico adotados para que desse um corpo de tratamento teórico ao problema estruturando a monografia em tais e tais capítulos. Quanto a hipótese, como possível solução ao problema, em que medida ela se comprovou ou não etc etc. Diante de tudo isso fazer uma breve, mas clara conclusão. Lembramos que a banca já leu e avaliou, riscou e rabiscou, os aspectos técnicos-formais e materiais, de conteúdo. Inclusive as perguntas já estão prontas. Então, ser o mais claro e objetivo

evidenciando o que importa ser destacado para não cansar a banca, pois a arguição, a defesa propriamente dita, ainda não começou. O peso avaliativo da *mono-grafia* não está tanto na oralidade, mas, sobretudo, na –grafia, na escrita argumentada e bem fundamentada. Por isso se chama *mono-grafia*! Antes de concluir sua apresentação, ou antes de passar a palavra para o presidente da banca, seu orientador (a), o candidato (a) entrega uma “errata”, conforme a ABNT, para a banca examinadora, caso haja identificado erros etc.

Em seguida o presidente da banca agradece ao candidato (a) e concede a palavra aos membros examinadores (as). Pode ter dois procedimentos a depender da determinação do presidente em comum acordo com os examinadores (a): ou cada examinador (a) faz a sua avaliação do trabalho página a página, parágrafo a parágrafo, linha a linha e só depois o candidato toma a palavra para responder a arguição de ambos, ou (o que é mais comum) o candidato responde a arguição após cada membro expor as observações e questões. É importante que o candidato não interrompa o examinador (a) para esclarecer algo. Anote tudo, em silêncio, na sua monografia, que deve ser uma cópia fiel da que os examinadores (as) receberam, sem nenhuma modificação, e, após o término da exposição do examinador (a) o candidato (a) terá a oportunidade e necessidade de responder. O presidente da banca perguntará ao examinador (a), ao fim da fala do candidato, se ele (a) está satisfeito com a resposta ou se deseja uma explicitação melhor do que foi perguntado. Se isso ocorrer o presidente da banca facultará novamente a palavra ao candidato (a). Quando o examinador (a) ficar satisfeito o presidente da banca passará a palavra ao outro examinador (a). O procedimento da fala dos examinadores (as) já fizemos menção ao tratar da *qualificação*. O orientador, porém, é apenas um maestro orquestrando sinfonicamente este momento. A música é tocada pelo candidato (a) e examinadores (as). O presidente da banca, o orientador (a), não deve ficar defendendo o candidato (a), refazendo as perguntas do examinador (a) para uma melhor compreensão do candidato (a). Isso já faz parte do processo avaliativo e o próprio examinador (a), sentindo necessidade pedirá para refazer a questão se for o caso. Ou o próprio candidato (a) solicitará, com gentileza, ao examinador (a) para a pergunta ser refeita.

Encerrado o momento da arguição após os examinadores (as) terem avaliado o trabalho da Capa às Referências, Anexos, sem se prender em generalidades, repetições e superficialidades, mas sendo exigente com aquilo que o candidato (a) se propôs fazer e com os critérios científicos de um trabalho dessa natureza, finaliza-se a defesa da monografia.

A banca deve ter consciência que ao examinar, avaliar uma monografia numa defesa pública, ela é ao mesmo tempo, avaliada e examinada pelo orientador, pelo outro examinador

(a) e pelo público no que concerne a sua responsabilidade, competência e habilidade acadêmica numa avaliação desse tipo.

Nesse momento, o presidente da banca, o orientador (a), toma a palavra para informar que o procedimento da arguição e defesa chegou ao fim. É interessante, nesse momento, (apenas nesse momento!) o orientador (a) falar sobre o processo de orientação. Mas deve ser algo muito rápido sem desejar ou parecer que esteja induzindo ou constringendo a banca, puxando o saco. E, sobretudo, é o momento para o orientador (a) ponderar a fala de algum examinador (a) ao justificar que foi sua orientação a escolha por determinados procedimentos metodológicos que o candidato assumiu. Mas deve ser uma fala breve, porque a monografia é do candidato (a) e não do orientador (a).

Após essas breves considerações, com gentileza, o presidente da banca convida o público e o próprio candidato a se retirarem da sala para que a banca examinadora possa conversar e determinar a nota da monografia. Quando todos saírem, inclusive, outros docentes da IES, que, porventura estejam presentes, o presidente da banca fornece o *Registro de notas de avaliação de monografia* para cada membro da banca registrar de caneta a nota da monografia. É o momento em que os examinadores (as) conversam entre si depois de cada um ter feito a arguição e observado o outro fazer o mesmo, eles (as) discutem e julgam a melhor nota para a monografia. Seria interessante que o orientador desse sua nota só após os dois examinadores (as) informarem a deles para não constringer a banca examinadora. Pode haver dois procedimentos: ou os examinadores entram em comum acordo sobre a nota e, neste caso, o orientador deveria possivelmente apenas registrar a nota, ou se não houver acordo entre os dois examinadores sobre a nota, então, cada um, inclusive, o orientador (a), registra sua nota no formulário. O presidente da banca faz o cálculo da média, comunica aos examinadores. Se tudo estiver de acordo, então o presidente da banca registra os dados na *Ata de Defesa Pública da Monografia*⁴ inserindo a nota e informando se o aluno foi aprovado, com ou sem ressalvas, se foi reprovado, se as sugestões dadas na banca são apenas sugeridas ou exigidas. Tudo isso constará na Ata de defesa.

Após terminar de transferir o registro desses dados na *Ata de Defesa Pública da Monografia*, então o presidente da banca chama o candidato (a) e o público. O presidente da banca, junto com os outros examinadores, de pé e com a Ata de defesa em mãos, pede para o candidato e os presentes ficarem também de pé. Em seguida passa a leitura da parte central da *Ata de Defesa Pública da Monografia* em que, ao final, profere a nota e comunica se o aluno

⁴ Cf. ANEXO B – Ata de Defesa Pública da Monografia

foi aprovado. Se aprovado a banca examinadora, representando a IES e a sociedade, confere o requisito central e fundamental para a aquisição do título de bacharel.

2 A ESTRUTURA DO PROJETO DE MONOGRAFIA

Respeitando a especificidade e peculiaridade de cada curso a FIS inseriu a disciplina de *TCC 1* em seus cursos e *Monografia Jurídica* em Direito. Essas disciplinas, embora com nomenclaturas diferentes, têm a mesma finalidade, a saber: elaborar o Projeto de Monografia.

Qual a necessidade de elaborar um Projeto de Monografia um semestre antes de começar a confeccionar a Monografia? Essa é uma política pedagógica responsável da FIS ao oferecer aos estudantes, em um semestre, a oportunidade de adquirir uma clareza de um tema-problema, a familiaridade com os autores renomados nessa questão, o conhecimento da escrita acadêmica e das normas da ABNT. Se o estudante tiver a inteligência astuta para aproveitar bem a disciplina, ele terá todo um semestre, mais ou menos quatro meses de aula, para apropriar-se de seu tema-problema conhecendo as principais perspectivas doutrinárias ou teorias dos principais autores que são autoridades acadêmicas nessa questão. Fazendo isso iniciará o *TCC 2* ou *TCC*, no curso de Direito, no semestre seguinte, com as leituras mínimas, suficientes e necessárias para começar a escrever a monografia sem ter que iniciar do zero.

O Projeto de Monografia compreende os elementos pré-textuais, os elementos textuais e os elementos pós-textuais, como será ilustrado no quadro abaixo. A quantidade de páginas do Projeto de Monografia deve computar um número mínimo de treze (13) até o máximo de quinze (15) páginas. O parágrafo inicial de uma seção deve ser separado do título dela por uma linha apenas (um *enter*) e, ao terminar o texto de uma seção, começa o título da seção seguinte após duas linhas (dois *enter*), ao contrário do que ocorre na monografia em que o capítulo inicia sempre em outra lauda.

ESTRUTURA DO PROJETO DE MONOGRAFIA		
<i>Elementos pré-textuais</i>	<i>Elementos textuais</i>	<i>Elementos pós-textuais</i>
Capa ⁵	Justificativa	Referências
Folha de rosto ⁶	Delimitação do Tema-problema	Anexos [opcional]
Sumário	Objetivo Geral	Apêndices [opcional]).
Epígrafe [opcional]	Objetivos Específicos	
	Metodologia	

⁵ Cf. ANEXO C – CAPA [do Projeto e da Monografia]

⁶ Cf. ANEXO D – Folha de Rosto [do Projeto]

	Fundamentação Teórica	
	Plano de Trabalho	
	Cronograma	

2.1 Justificativa

A justificativa⁷ é o primeiro elemento textual. Ela deve ter no mínimo uma lauda completa ou no máximo uma lauda e meia. A finalidade da *jus*-tificativa é mostrar e demonstrar o *direito* (*jus*), a razão de ser, a pertinência e validade da pesquisa.

Os aspectos formais, aquilo que precisa aparecer e transparecer no texto da *justificativa*:

- apresentar o tema-problema vinculando ao curso, isto é, assegurando que o trabalho monográfico é especificamente desta ciência em que o candidato pleiteia o bacharelado;
- evidenciar a relevância acadêmica-científica e as implicações sociais e culturais disso decorrente;
- Expor as motivações pessoais e intelectuais que o fazem desejar realizar a pesquisa, assim como, se for o caso, relatar a experiência profissional se estiver relacionada ao tema-problema (esse item deve ser o mais curto e breve possível);

2.2 Delimitação do Tema-problema

A delimitação do tema-problema trata do objeto da pesquisa apresentando a abordagem ou perspectiva adotada em relação ao tema-problema. A de-limitação do tema problema traduz o *limite* na abordagem evidenciando o problema. Não é para falar apenas do tema, do assunto genericamente. Mas de um tema que é, por sua vez, ao mesmo tempo, um problema, isto é, um tema-problema. Um tema-problema que merece, pois, uma investigação.

É importante que *tanto o problema quanto sua delimitação* estejam bastante claros para tornar possível a monografia. Essa não terá nem a extensão, nem a profundidade de uma

⁷ Cf. ANEXO E - Justificativa

dissertação ou de uma tese de doutorado. Portanto, é importante delimitar bem para que não seja algo muito pretencioso ou irreal para ser realizado durante um semestre.

O texto da delimitação do tema-problema deve ter no máximo meia lauda. Depois de delimitado, através do tempo, espaço, do âmbito regional, municipal etc, deve apresentar as hipótese de trabalho, isto é, possíveis soluções ao problema. Deve finalizar o texto fazendo várias perguntas com o intuito de interpelar o leitor jogando-o, por assim dizer, para dentro da problemática para que possa sentir epidermicamente a necessidade das respostas. A resposta será a sua futura monografia!!!

2.3 Objetivos

O texto dos objetivos terão no máximo meia lauda para ambos. Não é para construir parágrafos imensos. Aqui é a espinha dorsal da futura monografia. A estrutura da monografia, seus capítulos, provém daqui, e, o texto da *Fundamentação Teórica*, segue essa direção dialogando com os autores.

2.3.1 Objetivo Geral

O Objetivo Geral é a tese da futura monografia. É aquilo que enche os olhos de lágrimas e, em virtude disso, comporta uma grande motivação pessoal e intelectual. É a síntese, *em duas ou três linhas*, da futura monografia.

2.3.2 Objetivos Específicos

Os Objetivos Específicos são as etapas *hierárquica e logicamente* estabelecidas para que torne possível o êxito e a realização do Objetivo Geral e, portanto, da futura monografia. Devem ser três ou no máximo quatro específicos. Eles serão os capítulos da futura monografia. O primeiro específico é o pressuposto científico do trabalho. Devem iniciar com o verbo no infinitivo em duas ou três linhas: analisar..., investigar..., descrever..., definir...

2.4 Metodologia

O texto da metodologia deve ter meia lauda. Os aspectos formais que devem aparecer na metodologia enquanto procedimentos metodológicos e estratégias de ação são:

- *Métodos primários* (dedutivo, indutivo, dialético, hipotético-dedutivo, sistêmico etc) e, se necessário, isto é, se o tema-problema exigir indicar os *métodos secundários* (estatístico, comparativo, histórico etc). Os métodos primários são excludentes, isto é, só pode ser utilizado um. Os métodos secundários não são excludentes, isto é, podem ser utilizados mais de um a depender da necessidade da pesquisa;
- *Procedimentos técnicos* (bibliografia, laboratório, entrevista gravada, questionário estruturado ou semi-estruturado [com possibilidade de questões abertas para o entrevistado responder] etc) como o elemento que assegura o êxito do método e, portanto, permite a pesquisa chegar a algum resultado. Deverá indicar os procedimentos e o *como*, isto é, a forma como será utilizado;
- *Tipos de pesquisa* (pesquisa descritiva, exploratória, explicativa, bibliográfica, laboratorial, de campo, *case* [estudo de caso] etc) que a pesquisa monográfica se encaixa para melhor capacidade de reconstrução do objeto de pesquisa informando se quantitativa, qualitativa e de que forma isso se dará.

2.5 Fundamentação Teórica

É a parte mais fundamental, mais densa do Projeto de Monografia. **Sem uma fundamentação bem fundamentada não existe Projeto de Monografia!** Todos os elementos do Projeto de Monografia, descritos até agora, não devem aparecer neles nenhuma citação de nenhum autor ou autora. Apenas, agora, na Fundamentação Teórica, é que *pela primeira vez aparecem as citações*, os autores. Portanto, tudo o que se escreveu na Justificativa, na Delimitação do Tema-problema, nos Objetivos (Geral e Específicos) e na Metodologia são apenas pretensões do possível futuro candidato à monografia. Enquanto pretensão do futuro pesquisador elas devem estar bem consistentes e logicamente inter-relacionadas. Mas agora no texto da *Fundamentação Teórica* é preciso mostrar, melhor, demonstrar, provar essa pretensão como sendo logicamente consistente, válida cientificamente e exequível, ou seja, possível de ser realizada em um semestre. Ao ler o texto da *Fundamentação Teórica* o leitor deve reconhecer que a primeira parte, enquanto pretensão

do pesquisador, mostrou-se, tornou-se, só agora, de fato, concreta e possível de ser realizada. O candidato (a) mostra e demonstra que conhece e domina a literatura da área e, assim, parece capaz da maturidade intelectual de fazer a monografia!

O texto da *Fundamentação Teórica* deve ter um mínimo de seis (6) páginas e o máximo de (8) páginas. A *Fundament(a)-ação Teórica* é a ação ou atividade reflexiva-intelectual de *mostrar os fundamentos* do tema-problema, ou de colocá-los, reconstruí-los. Portanto, o que se espera é um *diálogo* com os autores renomados sobre os fundamentos, quer dizer, sobre a sustentação teórica que possibilita determinado entendimento doutrinal ou de uma teoria que explica e orienta uma determinada prática. Mas no texto da *Fundamentação Teórica* as citações dos autores não devem ser jogadas, soltas, sem a necessária explicitação. Quando há colcha de retalhos, logo se percebe as colorações, tonalidades e costuras diferentes, sobrepostas. O professor (a) experiente dificilmente não percebe! É comum o pesquisador iniciante escrever uma ou duas linhas e fazer uma citação e, sem os devidos comentários para justificar a citação, já traz outra citação. Outro erro é fazer uma citação direta ou indireta e, ao invés do devido comentário, traz outra citação como se a segunda citação por si só explicasse a outra: **não se pode explicar uma citação com outra citação!** Construir a *Fundamentação Teórica* dessa forma, quando não se caracteriza plágio, é certamente um monólogo confuso e, às vezes, obscuro. Certamente o próprio texto com-prova a falta de cientificidade do próprio texto! É preciso trazer as citações dialogando com elas, interagindo. Isso porque as citações estão todas voltadas sobre o tema-problema, isto é, os autores renomados estão falando sobre *seu* tema-problema, seja corroborando, seja criticando a sua perspectiva ou abordagem. Como não se posicionar diante delas, do que eles (as) estão dizendo?!

A *Fundamentação Teórica* é a revisão bibliográfica, o estado da arte, o *status quaestionis*, isto é, é a capacidade e domínio em que o candidato, a realizar uma futura pesquisa, demonstra das várias posições dos autores renomados sobre seu tema-problema, sobre o estado da questão.

Os aspetos formais que devem aparecer para que transpareça o *status quaestionis* são:

- Mostrar a partir dos autores, citações, que o tema-problema realmente é um tema-problema, quer dizer, que sobre determinado tema ou assunto dentro de uma área ou campo de atuação de uma ciência (representado pelas disciplinas do curso!) existe um problema que merece uma investigação;
- Evidenciar as principais teses, teorias ou entendimentos doutrinários pelas citações dos mais ilustres teóricos da área como sendo as possíveis soluções, as várias

possibilidades e perspectivas de *ver*, de explicar, de conhecer, de compreender o tema-problema;

- Depois de ter demonstrado, resumidamente, as principais posturas teóricas sobre o tema-problema, o leitor pode provocativamente perguntar: “E daí? O que se faz com isso? Qual tua posição teórica, tua perspectiva, como será tua abordagem?”. Aqui, começa o terceiro elemento, enquanto aspecto formal, do texto da *Fundamentação Teórica*: você precisa se afinar, entrar em diapásão, em sintonia e harmonia, com uma postura teórica e *explicá-la*, quer dizer, mostrar as razões que fazem com que você opte por ela e não pelas outras.
- No último parágrafo da *Fundamentação Teórica*, você deve validá-la cientificamente apontando um Referencial Teórico; isso se o teórico trabalhado no tópico anterior não for o criador de uma *corrente de pensamento*. Deve informar, pois, em um parágrafo o *Referencial Teórico* adotado enquanto plataforma teórica a partir do qual, isto é, de tal ou tal teoria, ou de tal e tal conceito, como lentes de um óculos, permitirá enxergar com maior definição e melhor nitidez o problema ou uma possível solução ao problema.

2.6 Plano de Trabalho

Depois de justificar e delimitar o tema-problema, de traçar os objetivos da monografia e estabelecer os procedimentos metodológicos e estratégias de ação e, tendo, realizado a fundamentação da monografia, é importante estabelecer um plano ou esquema de trabalho. De modo que o aluno termine a disciplina de *TCC 1*, ou *Monografia Jurídica* em Direito, indo para as férias já com o projeto de monografia pronto e aprovado, tendo adquirido, através das leituras e estudos, uma familiaridade com os pesquisadores da área, e sabendo quais serão os capítulos provisórios de sua monografia.

O Plano de trabalho é o sumário da futura monografia, deve ter meia lauda:

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 TTTTTTTTTTTTTT: UUUUUUUUU

2 VVVVVVVVVVVVVVVVVVVVVVVVVVVVV

3 XXXXXXXXXXXXXXXAQUESTÃO!!!

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

2.7 Cronograma

Sabendo concretamente dos capítulos provisórios da futura monografia o candidato (a) procurará executar sua monografia enfrentando um problema de cada vez. Nas férias já deveria fazer o levantamento bibliográfico de todos os capítulos, sobretudo das fontes primárias. A execução do Projeto de Monografia, aprovado, em *TCC 1*, ou *Monografia Jurídica*, será realizado na disciplina de *TCC 2*, ou *TCC em Direito*: primeira Verificação de Aprendizagem (1ª V.A.) mais de um capítulo e na segunda verificação de Aprendizagem (2ª V. A.) com mais de dois capítulos deverá ser realizada a *Banca Examinadora de Qualificação*. Tendo sido reprovado pela *Banca Examinadora de Qualificação* o aluno (a) perde a disciplina e necessitará, no semestre seguinte, cursá-la novamente. Caso seja aprovado pela *Banca Examinadora de Qualificação* o candidato (a) deverá até o último dia letivo do último semestre, respeitando os prazos estabelecidos pelo *Regulamento*, defender a monografia.

O Quadro do *Cronograma* deve ser assim:

ETAPAS DA PESQUISA	FÉRIAS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS
		Fev/Ago	Mar/Set	Abr/Out	Mai/Nov	Jun/Dez
Levantamento bibliográfico	X					
Leitura, anotações e fichamento (LAF) do Capítulo 1	X	X				
Produção do Capítulo 1		X				
Entrega ao orientador (a)		X	X	X	X	X
LAF do Cap. 2			X			
Produção do Capítulo 2			X			
Elaboração de Questionário etc			X			

Aplicação de Questionário etc				X		
Revisão Ortográfica				X	X	X
LAF do Cap. 3				X		
Produção do Capítulo 3					X	
DEPÓSITO					X	X
QUALIFICAÇÃO					X	
DEFESA PÚBLICA						X

2.8 Referências

Deve aparecer nas *Referências* **apenas** a bibliografia e os textos mencionados na *Fundamentação Teórica* sendo suficientes para fundamentar a futura monografia. As fontes devem ser confiáveis e os autores citados devem ser expressivos e renomados na área para que o Projeto tenha maior confiabilidade e seriedade acadêmica. Evitar citar obras de autores traduzidos por editoras que não gozam de muita respeitabilidade no meio acadêmico, em virtude de más traduções e de ser pouco criteriosa cientificamente em suas publicações.

3 A ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Assim como no Projeto de Monografia, seguindo a ABNT, a estrutura da Monografia é constituída dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, como pode ser visualizado no quadro abaixo.

A estrutura monográfica, sobretudo, no Desenvolvimento, nos capítulos, segue uma estrutura silogística, isto é, de raciocínio, de argumentação, de concatenação das ideias, de *demonstração*. Postos os fundamentos, os pressupostos científicos, assentada a “sapata” do futuro edifício científico (= premissa maior), segue-se *necessariamente* a construção e “levantamento” dos capítulos 2 e 3 (talvez 4), dos “andares do edifício”, e seu rebuscado acabamento e *designer* próprio e peculiar a cada pesquisador em virtude da criatividade e estilo da escrita.

3.1 Elementos pré-textuais

Sobre os elementos obrigatórios e os opcionais veja o quadro abaixo. Nos anexos aparecem alguns modelos como exemplificação e orientação.

O título e o subtítulo, se houver, deve ser claro, conciso e objetivo como exige a ABNT. O título deve estar relacionado claramente com o tema-problema. Nada de títulos obscuros por uma linguagem tecnicista que impossibilita qualquer indexação de publicação. Os títulos devem retratar o problema e devem facilmente ser identificados por quem lê-lo. O subtítulo, se houver, tem como finalidade explicitar e precisar o sentido que será dado aos elementos do título.

A *natureza do trabalho*, tanto no Projeto, quanto na Monografia, deve ser escrita em fonte 11, espaço simples e com recuo de 8 cm.

3.2 Introdução

Na Introdução espera-se encontrar a apresentação do que foi desenvolvido na monografia. É a última coisa a ser feita, a ser escrita, no processo de construção ou confecção da monografia. Mas será uma das primeiras coisas a serem lidas pelo leitor! Tendo *in mente* o

texto completo, os capítulos escritos, isto é, a monografia feita, então é possível descrever o percurso para o leitor.

Mas é importante não explicitar ou desenvolver a explicação desse percurso reflexivo de modo muito detalhado. É preciso oferecer a dose correta e exata ao leitor, sem que o envenene com anorexia intelectual. É preciso, ao contrário, despertar no leitor o interesse pela leitura do trabalho monográfico. Deve escrever a Introdução com as informações persuasivas e apetitosas para provocar o desejo do leitor de “triturá-las”.

A Introdução deve ser escrita em texto corrido. Não deve, pois, aparecer títulos de seções, ou tópicos, dentro da Introdução. As informações de apresentação do problema, das hipóteses, dos objetivos, dos procedimentos metodológicos e estratégias de ação devem aparecer naturalmente no texto da Introdução, mas sem destacá-los em títulos de seções. Depois dessas informações o candidato (a) passa a informar sobre como deu corpo de tratamento teórico a tudo isso, isto é, informa brevemente como está estruturado os capítulos e o que desenvolve em cada um deles.

3.3 Capítulo 1

É o primeiro Objetivo Específico transformado, quer dizer, tendo sido explicitado, demonstrado, desenvolvido em forma de capítulo. Não é mais, pois, um objetivo específico que se *almejava* desenvolver no Projeto de Monografia, mas é ele desenvolvido *efetivamente* tendo sido transformado num capítulo da Monografia. Nele são discutidos os pressupostos científicos da pesquisa monográfica. É a premissa a partir da qual serão desdobradas as implicações lógicas até alcançar o resultado esperado no último capítulo. **Deve ter entre mais ou menos quinze (15) a vinte (20) páginas de texto.** Pela lógica, menos de quinze (15) páginas não configura um capítulo propriamente, mas uma seção de um capítulo e, como um capítulo não é apenas uma seção mas mais de uma, logo é lógico que entre quinze a vinte páginas é um número razoável de páginas.

É no primeiro capítulo que mais diretamente é estabelecido um diálogo com o Referencial Teórico adotado, pois o tema-problema tem sua raiz e origem numa relação com a sociedade ou com os benefícios que dela decorrem para o homem e a sociedade. Essa “origem”, essa “relação” *precisa* ser explicitada e contextualizada em vista de uma melhor compreensão e profundidade explicativa do próprio tema-problema que se pretende pesquisar. É, portanto, a parte “menos” dogmática, “menos” técnica da pesquisa, mas sem ela não faz

sentido a dogmática, a técnica. Isso porque a dogmática, a técnica só surge, só faz e apenas tem sentido, em virtude de sua necessidade na realidade social, cultural e científica. Por isso é um capítulo necessário e não deslocado, mas que mantém uma lógica interna profunda dando validade científica à pesquisa.

3.4 Capítulo 2

No capítulo 2 começa-se a se acercar cada vez mais de perto e com mais profundidade da questão. Inicia-se, assim, os desenvolvimentos iniciais da pesquisa num claro, natural e necessário encadeamento lógico do capítulo anterior. **Deve ter entre mais ou menos quinze (15) a vinte (20) páginas de texto.**

3.5 Capítulo 3

No capítulo 3, ou no último capítulo, alcança-se o resultado da pesquisa que de-corre como consequência lógica dos capítulos anteriores. Como num funil, os desenvolvimentos dos capítulos foram afunilando-se até resultar no que se esperava, no “X” da questão. **Deve ter entre mais ou menos quinze (15) a vinte (20) páginas de texto.**

3.6 Conclusão

Na Conclusão, que não pode ser muito extensa, deve ter uma retomada do tema-problema e dos resultados parciais que cada capítulo forneceu. Por fim, o candidato (a) pode ou deve fazer alguma ilação a partir dos dados analisados e interpretados; pode ou deve indicar alguma lacuna que, em virtude do tempo (um semestre) e do grau pretendido (bacharelado), seria impossível de ser evitado. E, exatamente por isso, numa pesquisa posterior (artigo, capítulo de livro, dissertação) enfrentaria o problema na tentativa de encaminhar uma possível solução.

3.7 Elementos pós-textuais

Sobre os elementos obrigatórios e os opcionais, veja o quadro abaixo. Nos anexos aparecem alguns modelos como exemplificação da normatização.

O quadro abaixo retrata a estrutura da monografia:

ESTRUTURA DA MONOGRAFIA		
<i>Elementos pré-textuais</i>	<i>Elementos textuais</i>	<i>Elementos pós-textuais</i>
Capa	INTRODUÇÃO	Referências
Folha de rosto⁸	1 TÍTULO DO CAP. 1	Glossário [opcional]
Errata [opcional]	2 TÍTULO DO CAP. 2	Apêndices [opcional]).
Folha de Aprovação⁹	3 TÍTULO DO CAP. 3	Anexos [opcional]
Dedicatória [opcional]	CONCLUSÃO	Índice [opcional]
Agradecimentos [opcional]		
Epígrafe [opcional]		
Resumo na língua vernácula¹⁰		
Resumo na língua estrangeira		
Lista de ilustrações [opcional]		
Lista de tabelas [opcional]		
Lista de abreviaturas e siglas [opcional]		
Lista de símbolos [opcional]		
Sumário¹¹		

⁸ Cf. ANEXO F – Folha de Rosto [da Monografia]

⁹ Cf. ANEXO G – Folha de Aprovação

¹⁰ Cf. ANEXO H - Resumo

¹¹ Cf. ANEXO I - Sumário

4 APRESENTAÇÃO GRÁFICA E ABNT

Deve ser seguida e obedecida as normas da ABNT e, portanto, acompanhar e seguir as suas sempre e constantes modificações, quando não ferirem as determinações deste *Manual da Monografia*. Isto é, existem determinadas sugestões ou mesmo exigências de algumas normas da ABNT que a IES opta por seguir uma outra orientação por julgar mais didático e cientificamente mais apropriado. Um exemplo, além dos já indicados neste Manual: a ABNT exige que a Introdução seja numerada, mas a Introdução não é um capítulo e, por isso, optamos e *determinamos* que as monografias na FIS não numerem nem a Introdução, nem a Conclusão.

A fonte utilizada *deve ser* Times New Roman. Depois de um título de uma seção (1 XXXXXX) o início do parágrafo é escrito após uma linha (um *enter*). No término de uma seção (1 XXXXXX), para iniciar outra seção (2 XXXXXX) deve ser separado por duas linhas (dois *enter*). Entretanto, todo o capítulo tem início sempre em uma lauda necessariamente, mesmo que o término do capítulo anterior termine com menos de meia lauda. Nunca um capítulo deve iniciar numa lauda em que tenha texto do capítulo anterior.

A ABNT fala do termo “Conclusão” e não “Considerações Finais”. Em muitos meios acadêmicos costuma-se escutar que é preferível utilizar a expressão “Considerações Finais”. A justificativa argumentativa é que a expressão “Conclusão” é mais fechada e sendo fato que um trabalho acadêmico nunca fecha completamente a questão, o termo mais razoável para um trabalho acadêmico é “Considerações Finais” e não “Conclusão”. Mas acreditamos que essa explicação não ajuda muito, pois esse argumento também pode ser utilizado para defender a utilização da expressão “Conclusão”. Ora, como recusar a expressão “Conclusão” por dar uma ideia de fechamento da questão e optar pela expressão “Considerações Finais”, se o sentido parece ser o mesmo uma vez que finaliza (“Finais”!) determinadas considerações após a término do trabalho? Por esta razão, para além da discussão de termos é preciso salvaguardar o *sentido*, do que precisa ser encontrado numa *Conclusão* ou *Considerações Finais*. O conteúdo é mais importante! Por isso, as monografias da FIS seguirá a ABNT nesse ponto adotando o termo “Conclusão”.

A mesma forma que estiver grafado no Sumário deve aparecer no corpo do trabalho. As seções não numeradas (Introdução Conclusão, Referências etc) e as seções primárias devem ser escritas com letras maiúsculas e negritadas. As seções secundárias devem ser escritas negritadas e apenas a primeira letra maiúscula. As seções terciária devem ser escritas com letras sem ser negritadas e com apenas a primeira letra maiúscula. A padronização da

Monografia em Direito na FIS possibilita adotar até a seção terciária. A razão de tal obrigatoriedade Para uma melhor visualização disso confira o **ANEXO I – Sumário**.

Exemplo de seções:

SEÇÃO PRIMÁRIA	SEÇÃO SECUNDÁRIA	SEÇÃO TERCIÁRIA	SEÇÃO QUATERNÁRIA
1	1.1	1.1.1	1.1.1.1
2	2.1	2.1.1	2.1.1.1

Toda vez que no corpo do texto do Projeto de Monografia e na Monografia, excetuando nas Referências, aparecer o título de determinada obra deve ser escrito sempre em itálico, sem aspas.

5 EXEMPLOS DE CITAÇÕES E REFERÊNCIAS¹²

As citações de obras de autores renomados na área e relevantes para o tratamento teórico da questão é imprescindível num trabalho acadêmico. Não é possível que um trabalho que se pretenda acadêmico-científico não seja realizado num diálogo com autores. As citações podem ser diretas ou indiretas.

As citações diretas são determinadas passagens textuais, transcrições *ipsis litteris*, ou *in verbis*. Elas devem estar entre aspas e, no término da citação, entre parênteses, o sobrenome do autor de letras maiúscula, ano de publicação da obra, entre vírgulas, e o número de páginas. Ex: (SEVERINO, 2007, p. 49). Também é possível que o nome do autor fique fora do parênteses, nesse caso ficará desta forma: “Na compreensão de Severino (2007, p. 49) [...]”.

Se dentro da citação, no original, existir alguma palavra ou expressão entre aspas, na citação elas devem aparecer com *aspas simples*. Quando a citação tiver mais de três linhas deve ser dado um *enter*, um espaço de uma linha, recuo de quatro centímetros, e fonte menor, isto é, 11. Além disso, não é necessário, nesse caso, utilizar aspas porque já existe o recuo e a diminuição da fonte assegurando o destaque da mesma. Mas, neste caso, da citação com recuo, se no original alguma palavra ou expressão estiver com aspas, aqui, na citação com recuo, deverá aparecer com *dupla aspas*. Se no original, o texto da citação, tiver algum termo destacado em negrito, sublinhado etc, deverá obrigatoriamente informar de acordo com o exemplo: (SEVERINO, 2007, p. 49, grifo do autor). E no caso do destaque ser feito por nós, isto é, no original não há nenhum destaque, mas você enquanto pesquisador, deseja dar um destaque, chamar a atenção do leitor para uma palavra ou expressão dando ensejo a uma interpretação sua, deve também informar isso ao leitor. Exemplo: (SEVERINO, 2007, p. 49, grifo nosso).

Expressões em língua estrangeira devem ser escritas em itálico e o seu significado em português deve aparecer entre colchetes. Na citação qualquer supressão deve ser feita usando reticências dentro do colchetes ([...]), ou se houver algum acréscimo explicativo de uma palavra ou conceito na citação para uma melhor compreensão do recorte da mesma, este deverá ser escrito entre colchetes ([xxxxxx]).

As citações indiretas devem ser usadas com prudência e parcimônia, sem exageros na utilização. É comum que o pesquisador iniciante sinta a tentação de fazer de cada parágrafo

¹² Cf. ANEXO J - Referências

uma citação indireta como se um parágrafo explicasse o outro sem nenhuma intermediação interpretativa. A citação indireta ocorre quando o candidato (a) resume uma determinada passagem textual, geralmente representando um movimento argumentativo da tese do autor, um capítulo, ou mesmo a obra no todo. Não é necessário indicar o número de página, apenas o ano da publicação da obra, porque na citação indireta se conserva a tese do autor (a), mas a apresenta com as próprias palavras, logo, evidentemente, as palavras com que resumimos não se encontra na obra original. Por isso, devemos utilizar a citação indireta quando se fizer necessário e não recheando o trabalho com citações indiretas porque desvaloriza o mesmo e fornece uma impressão de um trabalho sem substância, sem densidade ou profundidade. Ex: “Perelman (2000) defende a ideia que a lógica jurídica [...]”.

Para a ABNT o sistema de citação pode ser apenas um: ou o sistema numérico, ou o sistema autor-data. As monografias da FIS deverão utilizar apenas o sistema autor-data, reservando o pé de página para as notas explicativas. As notas explicativas, notas de rodapé, é muito útil e necessárias num trabalho acadêmico porque sempre tocamos em questões ou subtemáticas que extrapolam os limites de nossa investigação, de modo que não podemos nos demorar em explicações sobre isso. Então, em tais momentos, em que a explicação não cabe no corpo do texto, pois promoveria uma ruptura com o que se estava dizendo, e, por outro lado, uma informação sobre isso é necessária para uma melhor compreensão do que está sendo dito, justificando, por tudo isso, a existência das notas explicativas. Com efeito, as notas explicativas são tanto para fornecer algumas explicações e como indicação de obras-chaves para o aprofundamento do assunto.

Nas Referências a referência de um mesmo autor, não deve ser repetido seu nome, mas *inserir uma linha correspondendo a seis espaços* (_____). Quando não for possível identificar certos dados deve ter o seguinte procedimento: a cidade [S.I.], a editora [s.n.] e quanto ao ano de publicação:

ANO DE PUBLICAÇÃO INCERTO	
[1999 ou 2000]	Um ano ou outro
[ca. 1960]	Data aproximada
[1975?]	Data provável
[1980]	Data certa, não indicada na obra
[199-]	Década certa
[199-?]	Década provável

Quando utilizar citações do mesmo autor de obras do mesmo ano é preciso que acrescente as letras do alfabeto, minúscula, sem espaço, após a indicação do ano da publicação, na ordem em que aparece no texto

No corpo do texto:

(HEIDEGGER, 2012a, p. 440)

(HEIDEGGER, 2012b, p. 480)

Nas Referências:

HEIDEGGER, Martin. **Caminhos de floresta**. Tradução de Irene Borges-Duarte, Filipa Pedroso, Alexandre Franco de Sá, Hélder Lourenço, Bernhard Silva, Vitor Moura, e João Constâncio. 2. ed. Lisboa: GULBENKIAN, 2012a.

HEIDEGGER, Martin. **Os problemas fundamentais da fenomenologia**. Tradução de Marco Antônio Casanova. 2. ed. Lisboa: GULBENKIAN, 2012b.

Quando a informação recolhida for proveniente de palestra, aula, comunicação oral, debates etc mas ainda não publicada, proceder da seguinte forma:

No corpo do texto:

O novo medicamento estará disponível até o final deste semestre (informação verbal)¹

No rodapé da página:

¹ Notícia fornecida por John A. Smith no Congresso Internacional de Engenharia Genética, em Londres, em outubro de 2001

No corpo do texto:

Os poetas selecionados contribuíram para a consolidação da poesia do Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX (em fase de elaboração)¹

No rodapé da página:

¹ Poetas rio-grandenses, de autoria de Elvo Clemente, a ser editado pela EDIPUCRS, 2002.

Enfim, muito embora devendo ser seguido a ABNT/NBR 10520 de 2002 e ABNT/NBR 6023 de 2002, acompanhando as possíveis modificações que possam vir a sofrer, à guisa didática de exemplo, exemplificaremos as formas de citar mais frequentes.

5.1 De livro completo: um, dois e mais de dois autores

No corpo do texto:

(SEVERINO, 2007, p. 46)

Nas Referências:

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

No corpo do texto:

(MEZZAROBA; MONTEIRO, 2009, p. 120)

Nas Referências:

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

No corpo do texto:

(FORTEA, 2008, p. 15)

Nas Referências:

FORTEA, José Antonio. **Summa daemoniaca**: tratado de demonologia y manual de exorcistas. Madrid: Palmyra, 2008.

No corpo do texto:

(GADAMER, 2006, p. 130)

Nas Referências:

GADAMER, Hans-Georg. **O caráter oculto da saúde**. Tradução de Luiz Costa. Petrópolis: Vozes, 2006.

Quando houver mais de dois autores é facultativo mencioná-los, podendo utilizar apenas um, seguido da expressão “et al”:

URANI, A. et al. **Constituição de uma matriz de contabilidade Social para o Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 1994.

5.2 Capítulo de livro, monografia, dissertação e tese

No corpo do texto:

(FOGEL, 2012, p. 35)

Nas Referências:

FOGEL, Gilvan. Vida, realidade, interpretação. In: AZEREDO, Vânia Dutra de; SILVA JÚNIOR, Ivo da. **Nietzsche e a interpretação**. Curitiba: CRV; São Paulo: HUMANITAS, 2012.

No corpo do texto:

(MORGADO, 1990, p. 34)

Nas Referências:

MORGADO, M. L. C. **Reimplante dentário**. 1990. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Faculdade de Odontologia, Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

No corpo do texto:

(ARAÚJO, 1990, p. 98)

Nas Referências:

ARAÚJO, U. A. M. **Máscaras inteiriças Tukúma**: possibilidade de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

5.3 A utilização do apud, citação de citação

O recurso ao apud [encontra-se em, citado por] deve ser utilizado quando existe dificuldade de acesso a própria obra. O excesso do uso do apud pode caracterizar falta de seriedade acadêmica por revelar que o trabalho está fundamentado por leituras de segunda mão.

No corpo do texto:

(ERLICH, 1918, p. 2 apud PERELMAN, 2000, p. 6)

Nas Referências:

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica**: nova retórica. Tradução de Vergínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

5.4 Artigos

No corpo do texto:

(GURGEL, 1997, p. 15)

Nas Referências:

GURGEL, C. Reforma do Estado e Segurança pública. **Política e Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 15-21, set. 1997.

No corpo do texto:

(TOURINHO NETO, 1997, p. 18)

Nas Referências:

TOURINHO NETO, F.C. Dano ambiental. **Consulex**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 18-23, fev. 1997.

5.5 Trabalho completo publicado em Anais

No corpo do texto:

(BRAYNER; MEDEIROS, 1994, p. 17)

Nas Referências:

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1994. p.16-29.

5.6 Fontes da Internet

Se for citar textos da internet, antes verifique a confiabilidade do site que hospeda a informação assim como da própria autoria da informação. Evite, pois, textos da internet quando sua autenticidade for duvidosa. Prefira textos impressos, ou os que são disponibilizados, pela internet, em bancos de dados de pesquisa com autoridade reconhecida na Academia. Esses disponibilizam um material (artigos, dissertações e teses de doutorado) de qualidade com a paginação no original etc.

Quando citar um texto da internet deve ser seguida a mesma lógica da disposição dos dados da citação de livro, mas deve acrescentar, após a data da publicação as seguintes informações: Disponível em: <<http://www.titulodolink.com.br>>. Acesso em: 06 abr. ano. No corpo do trabalho deve ser citado assim: (HEIDEGGER, 2012, p. 5). Caso o texto da internet, seja imprescindível de ser citado, pela sua importância e confiabilidade, mas não existe como informar a paginação, proceder da seguinte forma: (HEIDEGGER, 2013, online), ou se a fonte não tiver proveniência da internet, mas de CD-ROM: (HEIDEGGER, 2014, *CD-ROM*). Essas informações, porém, repitamos, é um recurso possível e válido quando não existe outro

meio ou outra fonte. A preferência sempre serão as fontes que gozam de respeitabilidade e autoridade na área e, além disso, puder informar todas os dados, a paginação original, para facilitar um possível cotejamento por parte da banca examinadora.

Importante é que o candidato preste atenção para não informar a disponibilidade do texto com um *link*, genérico, em que não leva ao destino pretendido, mas a muitos outros, de modo que a banca examinadora ou o leitor não tenha como saber de qual texto se trata. O endereço indicado (Disponível em: [...]) deve nos levar ao sitio, lugar, casa, texto preciso da citação!

Alguns exemplos:

No corpo do texto:

(RIBEIRO, 1998, online)

Nas Referências:

RIBEIRO, P. S. G. Adoção à brasileira: uma análise sociojurídica. **Dataveni@**, São Paulo, ano 3, n. 18, ago. 1998. Disponível em: <<http://www.datavenia.inf.br/frame.artig.html>>. Acesso em: 10 set. 1998.

No corpo do texto:

(VIEIRA, 1994, CD-ROM)

Nas Referências:

VIEIRA, Cássio Leite; LOPES, Marcelo. A queda do cometa. **Neo Interativa**, Rio de Janeiro, n. 2, inverno 1994. 1 CD-ROM.

No corpo do texto:

(SILVA, 1998, online)

Nas Referências:

SILVA, Ives Gandra da. Pena de morte para o nascituro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 1998. Disponível em: <http://www.providafamilia.org/pnea_Morte_nascituro.htm>. Acesso em: 19 set. 1998.

5.7 Documentos Jurídicos

Todos os documentos jurídicos devem aparecer nas Referências conforme os exemplos abaixo e, no corpo do texto, devem aparecer com as informações do documento com aspas duplas ou se tiver mais de três linhas, sem aspas, e com o recuo de 4 centímetros.

Quando a consulta se der através de internet ou outras mídias eletrônicas aplica-se o procedimento da seção anterior.

No corpo do texto:

Decreto n.º 42.822, de 20 de janeiro de 1998: “[...]”

5.7.1 Legislação

Compreende a Constituição, as emendas constitucionais e os textos legais infraconstitucionais (lei complementar e ordinária, medida provisória, decreto em todas as suas formas, resolução do Senado Federal) e normas emanadas das entidades públicas e privadas (ato normativo, portaria, resolução, ordem de serviço, instrução normativa, comunicado, aviso, circular, decisão administrativa, entre outros) (ABNT/NBR 6023, 2003, p. 8).

Eis os exemplos que a ABNT 6023 nos traz:

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex:** coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Medida provisória n.º 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

BRASIL. Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943. **Lex:** coletânea De legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

BRASIL. **Código civil**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução n.º 17, de 1991. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional n.º 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex:** legislação federal e marginalia, São Paulo, v. 59, p. 1966, out/dez. 1995.

Acrescentando informações complementares, se necessário, desses mesmos dados:

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgãos da Administração direta e das autarquias do Estado e dá providências Correlatas. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-200, 1998.

BRASIL. Medida provisória n.º 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

BRASIL. Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

BRASIL. **Código civil**. Organização dos texto, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução n.º 17, de 1991. Autoriza o desbloqueio de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, através de revogação do parágrafo 2º, do artigo 1º da Resolução n.º 72, de 1990. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional n.º 9, de 9 de Novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. **Lex**: legislação federal e Marginália, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

5.7.2 Jurisprudência (decisões judiciais)

“Compreende súmulas, enunciados, acórdãos, sentenças e demais decisões judiciais”
(ABNT/NBR 6023, 2003, p. 9).

Eis os exemplos da ABNT:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula n.º 14. In: _____. **Súmulas**. São Paulo: Associação dos Advogados do Brasil, 1994. p. 16.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas-corpus* n.º 181.636-1 da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 6 de dezembro de 1994. **Lex**: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-240, Mar. 1998.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (5. Região). Apelação cível n.º 42.441-PE (94.05.01629-6). Apelante: Edilemos Mamede dos Santos e outros. Apelada: Escola Técnica Federal de Pernambuco. Relator: Juiz Nereu Santos. Recife, 4 de março de 1997. **Lex:** jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 558-562, mar. 1998.

Se for necessário acrescenta-se as seguintes informações complementares desses mesmos dados:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula n.º 14. Não é admissível por ato administrativo restringir, em razão de idade, inscrição em concurso para cargo público. In:_____. **Súmulas.** São Paulo: Associação dos Advogados do Brasil, 1994, p. 16.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. Processual Penal, *Habeas-Corpus*. Constrangimento ilegal. Habeas-corpus n.º 181.636-1, da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 6 de dezembro de 1994. **Lex:** jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-240, mar. 1998.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (5. Região). Administrativo. Escola Técnica Federal. Pagamento de diferenças referente a enquadramento de servidor decorrente da implantação de Plano Único de Classificação e Distribuição de Cargos e Empregos, instituído pela Lei n.º 8.270/91. Predominância da lei sobre a portaria. Apelação cível N.º 42.441-PE (94.05.01629-6). Apelante: Edilemos Mamede dos Santos e outros. Apelada: Escola Técnica Federal de Pernambuco. Relator: Juiz Nereu Santos. Recife, 4 de março de 1997. **Lex:** jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 558-562, mar. 1998.

5.7.3 Doutrina

“Inclui toda e qualquer discussão técnica sobre questões legais (monografias, artigos de periódicos, *papers* etc.), referenciada conforme o tipo de publicação” (ABNT/NBR 6023, 2003, p. 10).

No corpo do texto:

(BARROS, 1995, p. 54)

BARROS, Raimundo Gomes de. Ministério Público: sua legitimação frente ao Código do Consumidor. **Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados**, São Paulo, v. 19, n. 139, p. 53-72, ago. 1995.

CONCLUSÃO

A lógica interna que liga e vincula este *Manual*, pulsa e palpita como sangue percorrendo as veias interligadas de suas várias partes, mantendo os órgãos da pesquisa, os instrumentos, do grego *organon*, em seu funcionamento adequado e apropriado. De posse desse órgão ou instrumental de trabalho, tanto em seu aspecto técnico-formal, quanto as indicações do aspecto material, o organismo intelectual terá um bom funcionamento e uma bela disposição para manter-se nesse ritmo exitoso.

Em todas as regiões de todos os lugares do mundo, com maior ou menor intensidade, a Monografia se apresenta como algo grandioso, difícil e extremamente complexo para o aluno. Isso é apenas um pré-conceito que sempre sobrevém sobre a maioria dos alunos (as). Este *Manual* teve a pretensão, e continua a tê-lo, de *dar na mão*, as informações imprescindíveis para o êxito da pesquisa, mas, ao mesmo tempo, afastando-se de ser apenas *tecnicista*, prático num sentido desvirtuado de sua origem e, portanto, decadente, o *Manual* desejou e deseja *conduzir pela mão*. Oferecer e conduzir: dando e mostrando *como fazer!*

No exercício constante das indicações do orientador (a) apropriando-se das dicas, dos vestígios para com eles e por causa deles experienciar a aventura venturosa e fantástica das descobertas, até ontem desconhecidas, da pesquisa. É fato que *fazer* a Monografia é algo trabalhoso, mas não difícil. Dialogar com os autores, sempre requer paciência e silêncio no escutar-ler, meditar, *o que* eles disseram, *como* disseram e *por que* eles disseram sobre o *teu* tema-problema, *tentando* medir em que medida é possível aceitar, ou de que forma poderia elaborar uma crítica. Isso é um exercício interessante: pois na medida em que tu fazes esse exercício, nessa mesma medida tu és *feito*, perfeito por ele! Assim, com tais disposições, as dificuldades serão ultrapassadas, com a alegria de quem vai superando obstáculos na certeza e na experiência de quem vai determinando os rumos da própria vida. Isso é uma bela maneira, a mais correta de concluir o curso, isto é, no deixar-se ser formado é que se *forja* na bigorna das leituras, estudos e exercícios, pelas mãos habilidosas e incisivas do mestre, forma o aprendiz, o estudante, o profissional, o bacharel!

Como é belo um jovem ser despertado para isso a partir da pro-vocação ou admiração por algum professor (a) que o coloca no mundo da pesquisa, do conhecimento! Como é bom ser acolhido e atraído por um professor (a) pela atração que este (a) causa, na gratuidade, e na disposição que se dispõe a acompanhar, orientar e, assim, pouco a pouco, vai desaparecendo os pré-conceitos e surgindo a coragem e entusiasmo do envolvimento pela pesquisa monográfica!

Colocamos como epígrafes deste *Manual* um texto-fala de Albert Einstein (físico!), de Amartya Sen (prêmio Nobel de economia!) e de Louis Pasteur (químico!). Todos eles estão distantes no tempo, provenientes de países diferentes, contextos político-econômico bastantes distintos. Mas, como percebemos, há algo em comum em todos eles. Como isso é possível? Como um físico, um economista, um químico teriam algo em comum? Resposta: a cientificidade! Por essa razão escrevemos “texto-fala”, isto é, um texto que, mais do que qualquer texto, fala, grita para nós enquanto pesquisadores, docentes e discentes. Todos eles são cientistas, mas de áreas diferentes. E isso não é problema porque a linguagem da ciência é universal! Eles são cientistas famosíssimos que fizeram progredir suas próprias ciências e são justamente esses cientistas que nos dizem o que é ciência. Ou eles não sabe o que é ciência?! Aprendamos com eles e a partir deles porque os pseudocientistas não falam a linguagem deles e de tantos outros teóricos das mais diversas e variadas ciências.

Já escutamos Einstein na *Epígrafe* e na *Introdução*. Escutemos, para concluir, o texto, a fala, o grito do grande cientista Louis Pasteur: “Não se enraiveçam com seus oponentes, porque nenhuma teoria científica foi aceita sem oposição. Habitem a paz serena das bibliotecas e laboratórios”. Que conselho inteligente, sábio e motivador Pasteur dá para seus alunos! Quando estudante, ainda desconhecido, Pasteur foi considerado pelo seu professor de química como um aluno medíocre! Se na tua vida de estudante encontras opositores, descrentes de teu potencial, não entre em diálogos com esses seres que rastejam e cospem fogo. Não entabules diálogos, mas sê dócil, amável e sorridente. Cada um defende-se com os escudos que possuem e lutam com as armas que tem. Tu, ao contrário, foge desse burburinho, picuinhas, das figuras que gostam de ser anunciadas com fogos de artifícios e holofotes. Deixa eles serem o que nunca chegarão a ser! Quanto a ti, cuida de teu progresso e pensa no bem que podes fazer, no futuro, para o bem estar da sociedade e bem da humanidade. Por isso diz Pasteur a seus alunos-estudantes (permitam-nos repetirmos, agora, com um tom de voz mais solene e elegante): “Não se enraiveçam com seus oponentes, porque nenhuma teoria científica foi aceita sem oposição. Habitem a paz serena das bibliotecas e laboratórios”.

“Habitem a paz serena das bibliotecas e laboratórios”. Que frase magnífica! Que tiro de doze! Habitar, paz, serenidade, bibliotecas, laboratórios. A resposta mais apropriada e cientificamente mais produtora é sair do barulho, da balbúrdia, do excesso de divertimento e habitar a paz serena das bibliotecas e laboratórios. Habitar, morar, não visitar turisticamente a biblioteca e o laboratório, mas adquirir familiaridade, fincar permanência, intimidade com os livros, os teóricos e a prática de experimentos. Desta paz *proveniente* da vida de estudo, da *atitude* de pesquisador surgirá paulatinamente a serenidade diante da necessidade de fazer a

monografia. E, assim, não haverá mais receio, medo, titubeio em enfrentar uma monografia. Ela transformar-se-á numa necessidade em que o estudante passará a desejar fazer, aprender a fazer e aspirará por superar as dificuldades advinda disso.

Com tais disposições e pensando na provocação que isso poderá (quem sabe?!) reverberar num possível entusiasmo no estudante, *entregamos à mão* dos orientandos (as), o passo a passo da pesquisa, e, convidamos, os orientadores (as) para *conduzi-los pela mão* até a conclusão da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

**ANEXO A – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade
Monografia**

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) NA MODALIDADE MONOGRAFIA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Diretor Presidente determina que o Trabalho de Conclusão do Curso – TCC, da Faculdade de Integração do Sertão –FIS, será na modalidade de Monografia. Este regulamento normatiza os aspectos jurídicos-administrativos da monografia e da relação orientador-orientando, reenviando obrigatoriamente para o *Manual da monografia: orientação para orientadores e orientandos* os aspectos didáticos-acadêmicos e da estrutura do Projeto de Monografia e da própria Monografia.

Parágrafo único – O colegiado do NUPEX será o responsável para a elaboração e divulgação do *Manual da monografia: orientação para orientadores e orientandos*, assim como se for necessário criará um *Manual* específico para cada curso. Também será responsável, quando necessário, para realizar uma nova edição do *Manual*.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, na modalidade Monografia, é uma atividade de integração curricular obrigatória dos cursos de bacharelado desta IES devendo obedecer as Diretrizes Curriculares Nacionais, prevista na matriz curricular de cada curso. A monografia consiste, pois, num trabalho de caráter de iniciação científica, abordando temas referentes ao curso dando um tratamento acadêmico, isto é, teórico-prático de natureza científica.

Parágrafo único – O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Tecnólogos será normatizado por Regulamento próprio, respeitando a especificidade dos cursos.

Art. 3º - A construção do Projeto de Monografia e a execução do Projeto, isto é, a confecção da Monografia serão desenvolvidos em duas disciplinas do curso, de acordo com especificação de cada grade curricular, e obedecendo ao princípio do pré-requisito e da obrigatoriedade do cumprimento de cada uma destas etapas independentemente de o aluno já haver cumprido estes requisitos em outra IES.

Parágrafo único – O aluno (a) deverá construir o Projeto de Monografia na disciplina TCC 1, ou Monografia Jurídica no curso de Direito, e, no semestre seguinte, em TCC 2, ou TCC em Direito, deverá elaborar a Monografia.

Art. 4º - A Qualificação da Monografia deverá ser realizada quando o aluno (a) estiver cursando a disciplina TCC 2, ou TCC em Direito, necessariamente. A não aprovação da

Monografia, com pelo menos mais de dois capítulos, pela Banca Examinadora, na Qualificação, implicará na necessidade do aluno (a) cursar novamente a disciplina TCC 2, ou TCC em Direito.

Parágrafo único – O aluno (a) deverá realizar a Defesa Final da Monografia até o último dia letivo do último semestre, respeitando os prazos estabelecidos neste *Regulamento* e nas orientações do *Manual*. O aluno (a) que descumprir estes prazos estará naturalmente desvinculado jurídica e administrativamente da instituição e, desta forma, será necessário o pagamento integral da matrícula para que seja possível a defesa de sua monografia.

CAPÍTULO II DA ORIENTAÇÃO

Art. 5º. A orientação da Monografia será ministrada por professor (a) orientador (a) escolhido pelo aluno (a) dentre os integrantes do quadro de docentes da IES.

Art. 6º. Cada professor poderá orientar até 6 (seis) Monografias.

Art. 7º. Ao professor (a) orientador (a) compete:

I – O (a) professor (a) orientador (a) deverá realizar encontros com o orientando (a), de preferência presencial, na sala de orientações, correspondente a 4 (quatro) horas ao mês.

II – O (a) orientador (a) ficará obrigado a entregar ao NUPEX um relatório de acompanhamento mensal, fornecido pela Coordenação do NUPEX, de cada orientando, em que comprove a orientação realizada, assim como o registro do andamento da orientação, assinado pelo orientador (a) e pelo orientando (a).

III – Se houver, de ambas as partes, tanto do orientador quanto do orientando, falta de compromisso tão sério que possa vir a comprometer a execução da monografia, deverá ser informado o quanto antes, por escrito, apresentando as razões, à coordenação do NUPEX. A coordenação em reunião colegiada do NUPEX e com o coordenador (a) do curso em que o orientador (a) e/ou orientando (a) está vinculado, deliberará e decidirá sobre a situação.

IV – É dever de ofício e, portanto, obrigação do orientador (a) filtrar ao máximo os problemas da monografia, sobretudo impedir a realização da Banca Examinadora quando detectar plágios parciais ou totais na monografia. Neste caso, antes da realização da Banca, deverá informar mediante relatório por escrito ao NUPEX. Este cancelará a Banca Examinadora e, em reunião colegiada, irá deliberar e decidir sobre a situação do aluno (a) com a presença ou não do (a) aluno (a) e orientador (a).

V – Independente do Termo de Compromisso ser assinado ou não, o orientador (a) estará

isento de qualquer responsabilidade de plágio e as consequências de natureza jurídica disso decorrente, sobretudo, tendo cumprido o inciso IV deste Regulamento.

VI – Autorizar o depósito da monografia, tanto de Qualificação quanto de Defesa Final, realizado pelo orientando (a) ao NUPEX, no prazo estabelecido pelo calendário acadêmico e/ou estabelecido pelo NUPEX, através da assinatura e inserindo a data na capa de uma das vias da monografia.

Art. 10º - Ao orientando compete:

I - Comparecer aos encontros estabelecidos pelo orientador, totalizando 4 (quatro) horas mensais, enviando com antecedência o material por escrito, cumprindo as exigências de orientação e assinando o relatório de acompanhamento mensal preenchido pelo orientador (a).

II - Ao aluno (a), que for trabalhar com pesquisa de campo em empresas ou instituições, a Coordenação do Curso e do NUPEX, emitirão uma carta apresentando-o formalmente à empresa, e explicando os objetivos a serem desenvolvidos, com vistas a facilitar a cooperação da empresa na realização do trabalho. A carta tem como objetivo elucidar a importância da pesquisa monográfica na formação profissional do aluno, enfatizando a seriedade do trabalho a ser realizado. Caso a empresa escolhida se recuse a colaborar, o aluno deverá procurar uma nova empresa. Para os cursos da área de saúde deve ser apresentada uma carta de anuência, de acordo com a resolução nº 466/2012 do Conselho de Saúde.

III - Elaborar sua Monografia de acordo com as disposições contidas neste *Regulamento* e no *Manual da Monografia: orientação para orientadores e orientandos*, sob a orientação do professor (a) orientador (a);

IV – Depositar a Monografia, de Qualificação e de Defesa Final, no NUPEX, em três (3) vias e numa versão em mídia (CD-ROM), arquivo único em PDF, cumprindo o prazo estabelecido pelo calendário acadêmico e/ou divulgado pelo NUPEX, com a autorização do orientador (a), isto é, uma das vias da monografia assinada e datada na capa pelo orientador (a).

V – O Depósito Definitivo da Monografia, após a defesa final, deverá ser realizado, com as devidas e exigidas modificações registradas na ata de defesa pelos membros da Banca Examinadora, na Coordenação do Curso, com até 30 (trinta) dias após a defesa e aprovação do trabalho monográfico, em 2 (duas) vias com capa dura, respeitando a cor do curso.

VI - Independente do Termo de Compromisso ser assinado ou não, o orientando (a) será o único responsável por qualquer plágio em seu trabalho e as consequências de natureza jurídica disso decorrente, isentando totalmente o orientador (a) desta responsabilidade.

CAPÍTULO III

DA BANCA EXAMINADORA DE QUALIFICAÇÃO E DE DEFESA FINAL

Art. 11° - A Banca Examinadora de Qualificação da Monografia formada pelo NUPEX, em consulta à Coordenação do Curso, tendo em vista o critério de responsabilidade pela qualidade na avaliação da mesma, deverá ser necessariamente a mesma da Defesa Final da Monografia. A ideia é que a mesma Banca da Qualificação possa ser capaz de verificar e constatar a evolução da qualidade do trabalho monográfico do dia da Qualificação ao dia da Defesa.

Art. 12° - A monografia não segue as exigências e critérios de um trabalho de uma disciplina curricular normal, ou de uma prática profissional. A monografia segue as exigências e critérios de um trabalho acadêmico de natureza de iniciação científica ao grau de bacharelado. Portanto, a Banca Examinadora deverá seguir essas exigências, em sua avaliação e no modo como fará a arguição, indicadas no *Manual da Monografia: orientação para orientadores e orientandos*.

Art. 13° - A Coordenação do Curso junto com a Coordenação do NUPEX é responsável pela definição e indicação de 2 (dois) membros integrantes da banca examinadora da Monografia. Podendo, com a anuência do (a) orientador (a), convidar um (a) professor (a) externo, com titulação, vinculado a uma IES, sem ônus para a FIS, para compor a banca de seu orientando (a).

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO PELA BANCA EXAMINADORA

Art. 14° - A avaliação do desempenho do aluno e do trabalho produzido será procedida conforme as exigências de todo trabalho monográfico que pleiteia o grau de bacharelado, como consta no *Manual da Monografia: orientação para orientadores e orientandos*.

Art. 15° - A Banca Examinadora de Qualificação, seguindo as orientações do *Manual da Monografia: orientação para orientadores e orientandos*, apontará frase a frase os problemas, em vista de fornecer a qualidade necessária ao trabalho, determinando a aprovação ou reprovação da monografia mediante nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

Parágrafo único – Os alunos (as) das monografias reprovadas, isto é, com nota inferior a 7,0 (sete), deverão cursar novamente a disciplina TCC 1, ou TCC em Direito.

Art. 18° - A Banca Examinadora de Defesa Final, seguindo as orientações do *Manual da*

Monografia: orientação para orientadores e orientandos, apontará frase a frase os problemas, externalizando a evolução ou não em relação a Qualificação. Além disso, deverá necessariamente fazer a arguição ao candidato, pois isso caracteriza a defesa pública da monografia. A monografia será reprovada quando a nota for inferior a 7,0 (sete) e aprovada, com ou sem ressalvas, quando a nota for de 7,0 (sete) a 10,0 (dez).

Art. 19° - A nota atribuída ao aluno será resultado da média aritmética entre as notas conferidas por cada membro da Banca Examinadora, inclusive do orientador (a).

Art. 20° - A defesa pública da monografia é um requisito obrigatório para a obtenção do diploma. Aos estudantes da FIS que comparecerem às defesas serão atribuídas 4 (quatro) horas, computadas como atividade complementar, mediante comprovação atestada pelo presidente da Banca de terem assistido do início ao fim a defesa.

Art. 21° - A Monografia depositada após o prazo definido não será aceita e será defendida apenas no semestre subsequente.

Art. 22° - Após a data limite dos depósitos das monografias, a Coordenação do NUPEX divulgará a composição das bancas examinadoras, o local e o horário em que acontecerá a defesa privada, quando Qualificação, e a defesa pública quando Defesa final da Monografia.

Art. 23° - O ritual da defesa da monografia está descrito no *Manual da Monografia: orientação para orientadores e orientandos*.

Art. 24° - Será automaticamente reprovado o aluno que apresentar o trabalho plagiado, ou não entregar a Monografia no prazo estabelecido.

CAPÍTULO V

DA REMUNERAÇÃO DAS ATIVIDADES DOCENTES RELACIONADAS AO TCC

Art. 25° - As atividades de orientação da Monografia por parte de professores serão exercidas dentro de seu regime de trabalho, fora do horário de aulas, cabendo à Coordenação do NUPEX informar à Diretoria Financeira o acompanhamento das orientações, com vista ao pagamento destinadas à orientação, levando em conta o número de alunos orientandos e observando o limite estabelecido no art. 6° deste *Regulamento*.

Art. 26° - As atividades de orientação da Monografia exercidos pelos professores (as) orientadores (as) serão remuneradas com valor fixo, e/ou proporcionalmente ao número de orientandos (as).

I - Compete ao Diretor Presidente definir ou revisar o valor fixo dos trabalhos orientados,

ficando o seu reajuste sujeito à forma e à data base de reajuste dos salários docentes.

II – A remuneração cobre todas as atribuições e atividades do professor (a) orientador (a) e será efetivada ainda que o aluno (a) não logre aprovação no trabalho final.

III - Em caso de interrupção de atividade de orientação, motivada por impedimento do professor ou por decisão do aluno, o pagamento será parcial e corresponderá proporcionalmente ao atendimento executado.

Art. 27º - A supervisão administrativa e acadêmica da Monografia não implica remuneração específica, quando integrar as atribuições da Coordenação de Curso e do NUPEX.

CAPÍTULO VI

AS NORMAS GERAIS OBRIGATÓRIAS

Art. 28º - A Monografia, como uma atividade curricular do ensino de graduação, obedece às seguintes normas gerais obrigatórias:

I - Sobre os créditos acadêmicos correspondentes e as horas/aulas do currículo do curso, verificar norma específica de cada curso.

II - Exige matrícula.

III - Tem como pré-requisito o cumprimento mínimo de 75% das horas/aulas do currículo pleno.

IV - O tema-problema, alvo da monografia, será de livre escolha do aluno.

V - Exige orientação por parte de um professor integrante do quadro de docentes da IES.

VI - O orientador será escolhido pelo aluno, dentre os professores da IES cadastrados para as atividades de orientação da Monografia.

VII - A elaboração e Defesa da Monografia é individual.

VIII - Implica em avaliação e arguição pública do trabalho produzido.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29º - As normas da Monografia constantes do presente *Regulamento* e no *Manual da monografia: orientação aos orientadores e orientandos* aplicam-se integralmente a partir da sua publicação.

Art. 30º - Os casos omissos ou que não se enquadrem neste *Regulamento* e no *Manual da monografia: orientação aos orientadores e orientandos*, serão tratados, analisados,

discutidos, ponderados, deliberados, julgados e decididos em reunião do Colegiado do NUPEX com as presenças do Coordenador (a) do Curso e do Diretor Presidente da IES.

Art. 31º - Revogam-se as disposições em contrário.

Serra Talhada, 11 de março de 2014.

Luis Pereira de Melo Junior

Diretor Presidente da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Ana Cristina Inácio de Melo

Coordenadora do Colegiado do NUPEX

ANEXO B – Ata de Defesa Pública da Monografia



**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SERRA TALHADA - SESST
FACULDADE DE INTEGRAÇÃO DO SERTÃO – FIS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

ATA DE REGISTRO DE DEFESA DE TCC

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de _____ às ___ horas, na FACULDADE DE INTEGRAÇÃO DO SERTÃO-FIS, em Serra Talhada-PE, reuniu-se a Banca Examinadora, para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) aluno(a)

_____,
composta pelos(as) _____ professore(as) _____ mencionados:

_____, e

tendo sido constituída em ___/___/___, de acordo com o REGIMENTO DE TCC desta Instituição de Ensino Superior. Estando no recinto o(a) candidato(a) ao grau de BACHAREL EM DIREITO, a Banca Examinadora, os demais presentes e eu,

_____,
Professor(a) Orientador(a) e presidente da Banca, foram abertos os trabalhos. O(a) presidente da Banca Examinadora anunciou que a finalidade da reunião era a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Monografia com o título:

com o objetivo de atender as exigências do Conselho Nacional de Educação e demais legislação pertinente. Após os procedimentos de considerações dos avaliadores e de arguição, o(a) presidente da Banca Examinadora fez seus comentários e determinou a suspensão da sessão, pelo tempo necessário ao julgamento do TCC. Reunidos em caráter secreto no mesmo recinto, os membros da Banca Examinadora passaram a apreciação da Monografia, analisando os aspectos concernentes ao domínio do tema, ao conteúdo, à normatização, à fundamentação teórica, à metodologia, à análise de resultados e às referências utilizadas. Concluída a análise e comento, cada examinador emitiu o seu julgamento do qual se apurou como a nota final o valor _____ (_____), sendo

portanto, o(a) aluno(a) considerado (a) _____, _____
(aprovado/reprovado) (com/sem)

ressalvas.

ANEXO C – Capa [do Projeto e da Monografia]



**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SERRA TALHADA – SESST
FACULDADE DE INTEGRAÇÃO DO SERTÃO – FIS
CURSO DE BACHARELADO EM [NOME DO CURSO]**

NOME DO CANDIDATO (A)

**TÍTULO DA MONOGRAFIA:
SUBTÍTULO**

**Serra Talhada
[ano do depósito]**

ANEXO D – Folha de rosto [do Projeto]

NOME DO CANDIDATO (A)

**TÍTULO DO PROJETO DE MONOGRAFIA:
SUBTÍTULO**

Projeto de Monografia apresentado à disciplina de [TCC 1 ou Monografia Jurídica], do curso de Bacharelado em [nome do curso], da Faculdade de Integração do Sertão – FIS, como requisito parcial para a elaboração da Monografia, no próximo semestre, enquanto execução do Projeto, na disciplina de [TCC 2 ou TCC], sob a orientação do Prof. [Prof. da disciplina *TCC 1* ou *Monografia Jurídica*] [titulação: Esp., Ms., Dr, Dra] [fulano de tal].

Serra Talhada
[ano do depósito]

ANEXO E – Justificativa

ANEXO F – Folha de rosto [da Monografia]

NOME DO CANDIDATO (A)

**TÍTULO DA MONOGRAFIA:
SUBTÍTULO**

Monografia apresentada à disciplina de [TCC ou TCC 2], do curso de Bacharelado em [nome do curso], da Faculdade de Integração do Sertão – FIS, como requisito parcial para o título de Bacharel em [nome do curso], sob a orientação do Prof. [Profa] [titulação: Esp., Ms., Dr, Dra] [fulano de tal].

Serra Talhada
[ano do depósito]

ANEXO G – Folha de Aprovação

NOME DO CANDIDATO (A)

**TÍTULO DA MONOGRAFIA:
SUBTÍTULO**

Monografia apresentada à disciplina de [TCC ou TCC 2], do curso de Bacharelado em [nome do curso], da Faculdade de Integração do Sertão – FIS, como requisito parcial para o título de Bacharel em [nome do curso], sob a orientação do Prof. [Profa] [titulação: Esp., Ms., Dr, Dra] [fulano de tal].

Monografia _____ pela banca examinadora, _____ ressalvas
(Aprovada/Reprovada) (com/sem)

com nota _____ (_____)

em ____ de _____ de _____

Banca Examinadora:

Examinador (a): Prof (a) [titulação: Esp., Ms., Dr, Dra]
Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Examinador (a): Prof (a). [titulação: Esp., Ms., Dr, Dra]
Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Orientador (a): Prof (a). [titulação: Esp., Ms., Dr, Dra]
Faculdade de Integração do Sertão – FIS

ANEXO H – Resumo

ANEXO I – Sumário

SUMÁRIO

[espaço 1,5]

[duas linhas, dois *enter*]

INTRODUÇÃO	12
[uma linha, um <i>enter</i>]	
1 TÍTULO DO CAPÍTULO 1	16
1.1 Título da seção	16
1.2 Título da seção	22
1.2.1 Título da seção	22
1.2.2 Título da seção	26
1.3 Título da seção	32
[uma linha, um <i>enter</i>]	
2 TÍTULO DO CAPÍTULO 2	37
2.1 Título da seção	37
2.2 Título da seção	42
2.3 Título da seção	48
[uma linha, um <i>enter</i>]	
3 TÍTULO DO CAPÍTULO 2	49
3.1 Título da seção	49
3.1.1 Título da seção	50
3.1.2 Título da seção	53
3.2 Título da seção	60
3.3 Título da seção	66
[uma linha, um <i>enter</i>]	
CONCLUSÃO	67
[uma linha, um <i>enter</i>]	
REFERÊNCIAS	68

ANEXO J – Referências

REFERÊNCIAS
[duas linhas, dois *enter*]

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

[duas linhas, dois *enter*]

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

JASPERS, Karl. **O médico na era da técnica**. Tradução de João Tiago Proença. Lisboa: Edições 70, 1998.

LIBANIO, João Batista. **Introdução à vida intelectual**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **A arte de formar-se**. 4. ed. São Paulo: 2004.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WIGGERSHAUS, Rolf. **A escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Tradução de Lilyane Deroche-Gurgel, e Vera de Azambuja Harvey. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

[aqui o espaço entre linhas é simples]